



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA
**“Programa de Erasmus militar como reforço de uma
identidade europeia de Segurança e Defesa”**

Autor: **ASP OF AL ART Bruno Ferreira**
Orientador: **COR ART José Feliciano**
CO-Orientador: **TCOR ART Élio Santos**

Lisboa, Maio 2010



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“Programa de Erasmus militar como reforço de uma
identidade europeia de Segurança e Defesa”**

Autor: **ASP OF AL ART Bruno Ferreira**

Orientador: **COR ART José Feliciano**

CO-Orientador: **TCOR ART Élio Santos**

Lisboa, Maio 2010



Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais pela educação e valores transmitidos,



Agradecimentos

Gostaria de exprimir o meu sincero reconhecimento e gratidão a todas as pessoas e instituições que ajudaram, de forma directa ou indirecta, na concretização deste trabalho. Em especial:

- Ao Coronel de Artilharia José Feliciano, meu orientador.
- Ao Tenente-Coronel de Artilharia Élio Santos.
- Ao Major de Artilharia Pedro Silva.
- À Universidade do Porto, nomeadamente ao gabinete de relações internacionais especialmente ao senhor Albino Oliveira.
- À agência Nacional para a Gestão do Programa Aprendizagem ao Longo da Vida especialmente à coordenadora e técnica do programa Erasmus à Dr.^a. Rita Cheta.
- Aos meus amigos e camaradas Aspirante de Artilharia João Ferreira e cadete do 4º ano Nascimento.

AOS MEUS AMIGOS DE SEMPRE, ADELA VOTRUBOVA, DIANA FERREIRA, FERNANDO REBELO, LEONARDO SOUSA, NUNO FREITAS E SÓNIA CORREIA.



Índice geral

Índice de Anexos	v
Lista de Siglas e Abreviaturas	vi
Resumo	ix
Abstract	x
Introdução	1
Capítulo 1 - Identidade europeia	4
1.1 Introdução	4
1.2 Identidade Europeia moderna	6
1.3 Tratados que reforçaram a identidade europeia	7
Capítulo 2 - A Identidade Europeia ao nível da Segurança e Defesa da Europa	13
2.1 Primeiras organizações europeias de Segurança e Defesa	13
2.2 A evolução até a década de 80	14
2.3 O evoluir da Segurança e Defesa na Europa a partir da década de 80	16
2.4 A criação do Espaço Europeu do Ensino Superior como um reforço da identidade europeia	19
Capítulo 3 - Programa Erasmus	24
3.1 O programa Erasmus inserido no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida	24
3.2 Países que participam no programa Erasmus	24
3.3 Programas disponíveis pelo programa Erasmus	25
3.3.1 Programa de Mobilidade de Estudantes	25
3.3.2 Realização de um período de Estágio Profissional	26
3.3.3 Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino	27
3.3.4 Formação de pessoal da IES, em IES e Empresas	28
3.3.5 Cursos Intensivos de Línguas Erasmus	28



“Programa de Erasmus militar como reforço de uma identidade europeia de
Segurança e Defesa”

3.3.6 Programas Intensivos Erasmus	29
3.4 O programa Erasmus como um reforço de uma identidade europeia	29
Capítulo 4 - Erasmus militar	31
4.1 Generalidades	31
4.2 Iniciativa europeia para intercâmbio de jovens oficiais	31
4.3 O ensino superior militar e o Erasmus militar	36
Capítulo 5 - O Erasmus militar como um reforço de uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa	37
5.1 Principais vantagens e dificuldades do Programa Erasmus	37
5.2 Possíveis vantagens e dificuldades do Programa Erasmus militar	38
5.3 O Erasmus militar como um instrumento para uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa	39
5.4 Modelos possíveis	39
Considerações finais	43
Referências bibliográficas	48



Índice de Anexos

Anexo A - Declaração de Bolonha de 1999 (em português)	56
Anexo B - Países que aderiram à declaração de Bolonha	59
Anexo C - Comunicado da Conferência de Praga 2001 (em português)	60
Anexo D - Comunicado da Conferência de Berlim 2003 (em português)	66
Anexo E - Comunicado da Conferência de Bergen 2005	74
Anexo F - Comunicado da Conferência de Londres 2007	80
Anexo G - Comunicado da Conferência de Lovaina Abril 2009	88
Anexo H - Comunicado da Conferência de Budapeste-Viena 2010	96
Anexo I - Estudantes Erasmus – Outgoing e incoming	99



Lista de Siglas e Abreviaturas

A

AELC	Associação Europeia de Livre Comércio
AFA	Academia da Força Aérea
AM	Academia Militar
AUE	Acto Único Europeu

C

CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CE	Comunidade Europeia
CED	Comunidade Europeia de Defesa
CEE	Comunidade Económica Europeia
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
CIA	Agência Central de Inteligência Norte-Americana
CLESD	Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa
CSNU	Conselho de segurança das Nações Unidas
CUE	Carta Universitária Erasmus

E

ECTS	European Credit Transfer System (Sistema Europeu de Transferência de Créditos)
EEES	Espaço Europeu do Ensino Superior
EESPUM	Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar
EHEA	European Higher Education Area (Espaço Europeu do Ensino Superior)
EN	Escola Naval
ENQA	European Network for Quality Assurance (Rede Europeia para a Garantia de Qualidade no Ensino Superior)
ERRF	European Rapid Reaction Force (Força de Reacção Rápida Europeia)
ESE	Estratégia de Segurança Europeia
ETA	Euskadi Ta Askatasuna (Pátria Basca e Liberdade)
EUA	Estados Unidos da América



F

FA Forças Armadas

I

IES Instituição de Ensino Superior

IESM Instituto de Estudos Superiores Militares

J

JAI Justiça e Assuntos Internos

N

NRF Nato Response Force (Força de Reacção da NATO)

O

OECE Organização Europeia de Cooperação Económica

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PCSD Política Comum de Segurança e Defesa

PESD Política Europeia de Segurança e Defesa

PESC Política Externa e de Segurança Comum

PROALV Programa Aprendizagem ao Longo da Vida

R

RFA República Federal da Alemanha

S

SDI Strategic Defense Initiative (Iniciativa de Defesa Estratégica)

T

TIA Trabalho de Investigação Aplicada

TPOA Tirocínio Para Oficial de Artilharia



U

UE União Europeia

UEM União Económica e Monetária

UEO União da Europa Ocidental

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



Resumo

O presente trabalho de investigação tem como objectivo principal a obtenção de um conhecimento mais aprofundado sobre o possível intercâmbio de jovens oficiais/cadetes entre as academias militares dos Estados-membros da União Europeia. A metodologia adaptada para a sua realização foi a pesquisa documental e contactos com elementos civis e militares ligados ao programa Erasmus.

O trabalho compreende cinco capítulos e considerações finais/propostas, cujo conteúdo geral seguidamente se indica.

No princípio deste TIA foi analisado o conceito de identidade europeia e a sua evolução temporal, assim como os Tratados mais importantes para o seu reforço, após o qual tentámos identificar a correlação entre a identidade europeia e verificar se existe uma identidade europeia ao nível da Segurança e Defesa, e se ela teve implicações nas diversas organizações e instituições da Europa, desde os seus primórdios até à actualidade.

Encontrado de forma resumida o quadro conceptual da identidade europeia e sua relação com o sector da Segurança e Defesa passamos a analisar o programa Erasmus que desde 1987 é considerado o programa educativo com maior sucesso jamais lançado pela Comissão Europeia de modo a conhecermos a sua origem, os objectivos e os respectivos mecanismos de implementação. Decorrente de uma análise comparativa passamos então a procurar inferir os programas de mobilidade que o mesmo contém e acompanhar a evolução da iniciativa francesa para o intercâmbio de jovens oficiais, que comumente tem vindo a ser designado como Erasmus militar.

As conclusões levaram-nos para um modelo tendencialmente convergente, mas que no entanto necessita de algumas adaptações decorrente das assimetrias ao nível dos diversos modelos de formação existentes no âmbito da formação dos oficiais dos quadros permanentes dos países da União Europeia.

No final do trabalho apresentamos então as conclusões desta investigação, dando resposta à questão central e às questões derivadas inicialmente identificadas, bem como às hipóteses formuladas, para posteriormente, com base nas conclusões, enunciarmos um conjunto de propostas no sentido de encontrar algumas soluções e deste modo podermos assumir que o Erasmus militar é um dos instrumentos que pode contribuir para o reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa.

Palavras-Chave:ERASMUS; MILITAR; IDENTIDADE EUROPEIA; SEGURANÇA E DEFESA.



Abstract

The main purpose of this research work it's to obtain a deeper knowledge about the possible exchange of young officers/cadets between military academies of the European Union member-States. The methodology adopted for this work was the document research and interviews with military and civilian entities linked to the Erasmus Program.

This document comprehends five chapters and the final conclusions/proposals, which general content its shown bellow.

At the beginning of this Applied Investigation Work, we analyzed the concept of European identity, its chronological evolution and the most important treaties to its enhancement. Afterwards we attempted to identify whether there is a European identity at the security and defense level, and if it had implications on the various European organizations and institutions, from its beginnings to the present days.

Once we found, in summary, the conceptual framework of the European identity and its relationship with the security and defense system, we have examined the Erasmus program which, since 1987, it's considered the most successful program ever launched by the European Commission, in order to know its origin, objectives and implementation mechanisms. Arising from a comparative analysis, we then seek to infer the comprised mobility programs and to follow up the French initiative for the exchange of young officers, which has generally been designated as military Erasmus.

The conclusions took us to a converging trend model, which requires, nevertheless, some adjustments arising from the asymmetry of the various training models for officers of permanent staff in the European Union countries.

At the end we present the findings of this research, by addressing the core and derived issues, firstly identified, and the initial assumptions as well, and later, based on the findings, we provide a set of proposals in order to find some solutions, and thus assume that military Erasmus is a tool that can contribute to the strengthening of an European Security and Defense identity.

Keywords:

ERASMUS; MILITARY; EUROPEAN IDENTITY; SECURITY AND DEFENSE.



Introdução

No âmbito do Tirocínio Para Oficial de Artilharia (TPOA), surge como parte integrante a realização de um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA). O tema escolhido foi “O Erasmus militar como um reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa”. O presente TIA pretende desenvolver o tema supracitado, o qual se reveste de reconhecido interesse para os Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) e para o Ministério da Defesa, pois são instituições com evidentes responsabilidades formativas de ensino superior nas áreas da segurança e defesa.

Definição dos Objectivos e Finalidades

O trabalho em apreço tem por finalidade determinar se o Erasmus militar constitui, efectivamente, um instrumento para o reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa. Tendo em vista este propósito, foram definidos, para efeitos de pesquisa e análise, os seguintes objectivos parcelares:

- Identificar o que é a identidade europeia;
- Analisar a importância da Identidade Europeia ao nível da segurança e defesa da Europa;
- Identificar os objectivos e as características do Programa Erasmus;
- Identificar os objectivos e características do Erasmus militar;
- Identificar de que forma o Erasmus Militar pode contribuir para uma identidade europeia de segurança e defesa.

Justificação da Escolha do Tema

A escolha do tema justifica-se pela sua actualidade e importância para o ensino superior universitário militar.

Em conformidade com o processo de transformação do Exército, iniciado em 2003, pretende-se a constituição de “um Exército que participe nas formações militares que constituem o paradigma da modernidade e transformação, designadamente nas NATO Response Force (NRF) e nos Battle Groups”¹. Concorrentemente, a inserção de elementos nacionais em forças de carácter multinacional, justifica a existência de uma uniformidade conceptual e doutrinária, nos domínios da segurança e da defesa, por parte dos oficiais nela envolvidos.

Face ao acima exposto, será legítimo afirmar que a formação dos futuros Oficiais do Quadro Permanente do Exército Português deverá integrar os conhecimentos essenciais ao nível da segurança e defesa da Europa, tendo em vista a sua cabal participação neste tipo de operações.

¹PINTO, Valença (2007) Directiva para o Exército 2007-2009, pág 23.



Com esta investigação pretende-se propor um modelo que possibilite o intercâmbio de jovens oficiais, de forma a reforçar uma identidade de segurança e defesa.

Delimitação do Tema

É de salientar, que apesar do intercâmbio de jovens oficiais ser um processo transversal aos três Ramos das Forças Armadas (FA), o presente estudo focaliza-se no Exército.

Orientação Metodológica

O problema apresentado neste trabalho é identificar: “De que forma será possível, através do programa Erasmus Militar, reforçar a identidade europeia de segurança e defesa?”, sendo esta a questão central. A partir desta, foram formuladas as seguintes questões derivadas:

- O que é a identidade europeia?
- Qual a importância da identidade europeia da segurança e defesa da Europa?
- Quais os objectivos e características do Erasmus civil?
- Quais os objectivos e características do Erasmus militar?
- Poderá o Erasmus Militar contribuir efectivamente para uma identidade europeia de segurança e defesa?

Partindo das questões derivadas enunciadas, foram levantadas cinco hipóteses orientadoras do estudo:

Hipótese 1 - A identidade europeia é o suporte fundamental da cidadania europeia.

Hipótese 2 - Só com uma identidade europeia de segurança e defesa será possível constituir uma Europa mais forte, com respostas adequadas às denominadas novas ameaças.

Hipótese 3 - O programa Erasmus é um programa de mobilidade de estudantes, para que estes beneficiem de um plano educacional, linguístico e cultural noutro país europeu, no desenvolvimento do reforço de uma identidade europeia.

Hipótese 4 - O objectivo do Erasmus militar é reforçar uma identidade europeia de segurança e defesa utilizando como referência os instrumentos do programa Erasmus.

Hipótese 5 - O Erasmus militar constitui um instrumento de reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa.

A pesquisa efectuada baseou-se na consulta bibliográfica e no recurso a documentos electrónicos, sendo complementada pela consulta de relatórios de



seminários, publicações periódicas, tratados e declarações, que abordam o tema em apreço.



Capítulo 1

IDENTIDADE EUROPEIA

1.1 Introdução

A identidade europeia, segundo vários autores, tem início com o Império Romano, apoiada na presença de denominadores comuns: a religião (Cristianismo), a língua (latim) e a prática política. Outros autores, como por exemplo Eric Ravello, acreditam que a identidade europeia é anterior a esse tempo ou, como Eduardo Lourenço, não estão completamente convencidos dessa identidade. “Tudo se tornaria mais fácil se começássemos por admitir que a Europa, salvo como expressão geográfica, não existe como configuração histórica susceptível de qualquer significado identitário”.²

“A identidade europeia não se “forma”. A identidade europeia “nasce” na alvorada da pré-história, quase ao mesmo tempo que o homem, tal e como hoje o conhecemos, aparece na superfície do nosso planeta. Os europeus são já reconhecíveis como algo diferenciado desde vários milénios”.³

Para Felipe M. Pathé Duarte, a identidade europeia é algo muito complexo, contrário e incerto visando (“o despertar uma consciência crítica, a ideia de Europa”).⁴

Mas, para analisar tudo isto, é fundamental recorrer a um princípio histórico que “liga a identidade europeia ao devir e à metamorfose”, como dirá Edgar Morin⁵. Urge interrogar o passado, numa tentativa de poder compreender e pré-figurar a evolução da Europa, tão discutida actualmente devido do seu alargamento.

A ideia de Europa nunca foi totalmente definida, em termos geográficos, étnicos, culturais ou políticos. Opiniões tão diversas justificam a afirmação de Ortega y Gasset, quando diz que a Europa «é um ponto de vista». Na verdade a Europa é um projecto e, como tal, permanece em aberto a sua identidade⁴.

Paul Valéry considerava como europeus todos aqueles povos que, ao longo da história, sofreram três influências decisivas – a filosofia Grega, o império Romano e o Cristianismo. Quanto à delimitação do seu território, ainda hoje existem algumas dúvidas, principalmente na sua delimitação a Leste.

²Eduardo Lourenço(Da identidade europeia como labirinto) em www.ieei.pt/documentacao/documentos/EL_Identidade_Europeia_Labirinto.pdf, acedido a 5 de Dezembro de 2009.

³Ravello, Eric (A identidade europeia) em <http://terraepovo.blogia.com/2008/031001-a-identidade-europeia-por-enric-ravello.php>, acedido em 4 Dezembro de 2009.

⁴Duarte, M. Pathé (2004) Identidade Europeia: Unidade e Diversidade na Memória Colectiva. Tese de mestrado – Universidade de Coimbra, p. 4.

⁵Morin, Edgar (Identidade europeia identidade diversidade) em http://www.ciari.org/investigacao/identidade_europeia_unidade_diversidade.pdf



”Toda a raça e toda a terra que foi sucessivamente romanizada, cristianizada e submetida, quanto ao espírito, à disciplina dos Gregos, é absolutamente europeia”.⁶

Será durante a Época Medieval que, paralelamente ao emergir da identidade cristã, surge a identidade europeia. Com a conversão de Clóvis (496), a evangelização dos povos bárbaros expande-se para o interior do continente e atinge o seu desenvolvimento em pleno século VII. Na verdade, esta nova religião desconhecida dos povos do continente europeu, provinha da Judeia e expandiu-se, em primeiro lugar na Ásia Menor, dum lado e de outro do Mediterrâneo, e só mais tarde é que recobrirá a Europa pagã dos velhos mitos. Terá sido a conquista dos seguidores de Maomé que, ao islamizar o Oriente e o Norte de África, irá circunscrever e encerrar durante muitos séculos o Cristianismo na Europa. Por isso se poderá dizer que “num primeiro tempo, o Islão faz a Europa, nela enclausurando a cristandade (século VII), e que num segundo tempo, a Europa se faz contra o Islão, ao fazê-lo retroceder em Poitiers.”⁷

Outro marco marcante na história da Europa foi a Revolução Francesa de 1789. Com esta revolução, a autoridade do rei passa para o povo, que deixa de ser sujeito do seu soberano para se tornar sujeito soberano da sua própria história. Porém será mais tarde, no século XIX, que noção de Estado-Nação ganha substância, pois é fundamentada em dois princípios: o do direito dos povos e das nacionalidades.

O século XIX foi o século da explosão do nacionalismo, que despoletou uma ambiguidade, um progresso e uma perversão, o legítimo reconhecimento do direito dos povos a disporem de si próprios e os excessos da loucura nacionalista, fenómeno que remontava à Idade Média e se exacerbou no final do século XIX.

Até à II Guerra Mundial (1939-1945) não havia união política no interior da Europa. A imagem de uma unidade política da Europa vem do exterior. O resto do mundo olhava para a Europa como uma unidade política, pois era na Europa que estava o poder que governava o mundo.

Por exemplo, a partir do século XIV, quando os países africanos e asiáticos “apontavam” para o poder que os governava, apontavam para o espaço europeu, pois na Europa estavam os portugueses, franceses e ingleses e holandeses. O mesmo se passou posteriormente com o continente americano. Com a guerra de 1939-1945, esse sistema chega ao fim. Esta guerra iniciou-se entre europeus, Finda a guerra, a Europa entra num período de paz. No sentido de evitar futuras guerras entre os

⁶Paul Valery, cit. por Moreira, Adriano; «A Europa em Formação», Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa, 1987, pág. 97.

⁷Morin, Edgar, «Pensar a Europa», Ed. Europa – América; Lisboa, 1988, pág.36.



soberanos da Europa, surgem as ideias de constituir um parlamento, uma força política independente, e o respeito pela integridade territorial dos países.

A criação da OTAN⁸ e do Pacto de Varsóvia⁹ veio, por sua vez, consolidar esta ideia. A Europa deve a paz não à CE mas sim à OTAN (Moreira, 2004). Através da OTAN, a unidade da Europa foi reforçada pela existência de uma ameaça claramente identificada: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os restantes estados que assinaram o Pacto de Varsóvia. Neste contexto, os membros fundadores da OTAN estabeleceram um compromisso de cooperação estratégica em tempo de paz e contraíram uma obrigação de auxílio mútuo em caso de ataque a qualquer dos países-membros.

1.2 Identidade Europeia moderna

A Identidade Europeia é vista, segundo Moreira Delgado (1997), como um projecto, ou um desejo da administração da União Europeia (UE), tal como vem expresso em vários textos legislativos, na jurisprudência ou noutras fontes comunitárias.

Segundo Carlos Gaspar, existem alguns componentes principais na actual identidade europeia. O primeiro terá sido a Declaração Schuman¹⁰, datada de 9 de Maio de 1950, ao abrigo da qual a Europa rejeita “o passado comum... a herança totalitária, a guerra civil europeia, a competição e as rivalidades entre os Estados europeus.” (Gaspar, 2008). É neste contexto que surge, em 18 de Abril de 1951, o acordo de fundação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), assinado pela Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda, países que estiveram em lados diferentes na II Guerra Mundial. Este acordo iria preparar o caminho para a actual União Europeia.

Outro componente é a diversidade, a pluralidade e a igualdade dos Estados, que constituem os iniciadores e os garantes da unidade europeia. Não terá sido por acaso que, na criação da CECA, se afirmou “Nós, os povos da Alemanha, da Bélgica, da França, da Itália, do Luxemburgo e da Holanda”, à semelhança da constituição americana, de 1787, que começava com “We, the people of the United States” (Nós, o povo dos Estados Unidos da América). Jean Monet¹¹ declarou que não pretendia

⁸Organização do Tratado do Atlântico Norte, também designada por Aliança Atlântica. Constitui uma organização regional, estabelecida em 1949.

⁹Aliança militar formada em 1955, constituída pela Alemanha Oriental, Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Polónia, Roménia e União Soviética.

¹⁰Proposta por Robert Schuman, na qualidade de Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros.

¹¹Consultor económico e político francês, dedicou a sua vida à causa da integração europeia, tendo sido o inspirador do “Plano Schuman”.



apenas criar uma coligação entre Estados, mas pretendia ir mais longe e desenvolver a união entre os povos.

Neste contexto, as Comunidades Europeias começam a incluir a democracia como parte integrante dos valores constitucionais.

Presentemente constrói-se uma identidade comum, marcada pela diversidade, a pluralidade e a igualdade dos Estados, que são os garantes da UE. Hoje, os cidadãos dos Estados-membros sentem que a sua identidade passa também pela Europa. Independentemente da sua nacionalidade, os povos partilham uma identidade comum, assente na livre circulação de pessoas e mercadorias, na partilha de experiências, independentemente do género, grupo étnico ou racial, convicções ideológicas e políticas e afinidades culturais. A bandeira, o hino, o dia da UE, a moeda única, foram criadas com o objectivo de criação da “Europa dos povos”. Actualmente a identidade europeia é associada à cidadania europeia e aos direitos auferidos por todos os cidadãos.

No entanto é importante frisar que, a par da preservação e desenvolvimento dos valores comuns, a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia contempla, entre os seus princípios fundamentais, o respeito pela identidade nacional dos Estados-membros e pela diversidade das diferentes culturas e tradições.

1.3 Tratados que reforçaram a identidade europeia

Com o Tratado da União Europeia (também designado Tratado de Maastricht) de 7 de Fevereiro de 1992, que entrou em vigor a 1 de Novembro de 1993, surge a noção de identidade europeia como um dos objectivos principais da actual UE, traduzida pela “afirmação da sua identidade na cena internacional, nomeadamente através da execução de uma política externa e de segurança comum, que inclua a definição, a prazo, de uma política de defesa comum, que poderá conduzir, no momento próprio a uma defesa comum”¹². Verificam-se grandes alterações na Comunidade Económica Europeia (CEE)¹³ desde logo a alteração da sua designação para comunidade europeia (CE). Com a CEE, a Europa apenas tinha como base o pilar da economia; a partir de 1992 com o Tratado de Maastricht, passa a ser baseada em 3 pilares:

1. As Comunidades Europeias;
2. A Política Externa e de Segurança Comum (PESC);

¹²Tratado de Maastricht Título V – Artº 2.

¹³A CEE constitui uma organização internacional, criada 1957 em Roma, congregando na altura a França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux. Esta Comunidade tinha por objectivo a integração económica europeia e a sua expansão. Após o Tratado de Maastricht, a CEE passa a constituir a CE, exprimindo a vontade dos Estados-Membros de alargar as competências comunitárias a domínios não económicos.



3. A cooperação policial e judiciária em matéria penal (Justiça e Assuntos Internos - JAI).

O primeiro pilar é regido pelos procedimentos institucionais clássicos, que faz intervir a Comissão, o Parlamento, o Conselho e o Tribunal de Justiça, e que gere essencialmente o mercado interno e as políticas comuns.

Os outros dois pilares, que eram até então da exclusiva competência de cada Estado-membro, são a Política Externa e de Segurança Comum e a Justiça e Assuntos Internos, de que se destacam a política de imigração e de asilo, a polícia e a justiça. Segundo Simões de Matos, “A identidade europeia torna-se uma realidade sempre que a União se consciencializa da existência de uma vontade que reflecta os interesses e os valores comuns europeus e os Estados estejam dispostos a sobrepor aos seus interesses imediatos o interesse colectivo.”¹⁴ Terá sido este o ponto de viragem que caracterizou este Tratado. Todos os países da UE passaram a respeitar, aceitaram e viram como prioritária a PESC.

Ao acordarem cooperar nestas áreas, os Estados-membros passam a afirmar a identidade europeia no mundo e a assegurar uma melhor protecção dos seus cidadãos contra a criminalidade organizada, o tráfico de droga, o combate ao terrorismo e à proliferação das armas de destruição maciça (ameaças globais que tocam tanto a esfera das organizações internacionais como regionais), às violações do direito do homem e ao tráfico humano.

Este Tratado instituiu igualmente a cidadania europeia, reforçou os poderes do Parlamento Europeu, criou a União Económica e Monetária (UEM) e alterou a anterior designação (CEE) para Comunidade Europeia (CE).

Segundo o General Abel Cabral Couto, sobre a conferência de Maastricht, são ainda de considerar as seguintes disposições¹⁵:

- As decisões da União em matéria de segurança, que têm implicações no campo da defesa, podem ser postas em prática, total ou parcialmente, no quadro da União Europeia Ocidental (UEO)¹⁶. Em qualquer caso, não afectarão as obrigações que já têm alguns Estados-membros em virtude da sua pertença à OTAN;
- Em 1996 o Conselho reverá estas disposições «na perspectiva da definição de uma política de defesa comum»;

¹⁴Matos, Simões em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=290>, acedido a 12 de Março de 2010.

¹⁵ Couto, Cabral (A integração europeia e a defesa nacional) em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055256L7wIW3co1Fw26UK6.pdf>

¹⁶Fundada em 1948 pelo Tratado de Bruxelas, a UEO é uma organização europeia de cooperação para a defesa e a segurança



- Como anexo, foi assinada uma declaração em que os Estados-membros acordam que são susceptíveis de uma acção comum as seguintes áreas:
 - Cooperação em matéria de produção, exportação e controle de armamentos;
 - Operações no quadro da ONU;
 - Intervenções humanitárias;
 - Actuações no quadro da CSCE;
 - Relações com a ex-URSS;
 - Relações transatlânticas.

Foi simultaneamente produzida uma declaração em que todos os Estados-membros da União Europeia (ainda não pertencentes à UEO) são convidados a ingressar, ainda que na qualidade de meros observadores. São igualmente convidados a ingressar na UE todos os países europeus membros da OTAN. Deste Tratado resultou um fortalecimento da identidade europeia, através do alargamento da Comunidade, aprofundamento da integração económica e surgimento de ideias de integração na área da segurança e defesa.

Em 1992 são instituídas, pela Declaração de Petersberg, as designadas “missões de Peterberg”, adoptadas na sequência do conselho ministerial da UEO, as quais viriam a ser ratificadas no Tratado de Amesterdão, firmado em 1997, passando a ser parte integrante da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). As missões incluídas no Tratado da União Europeia (artigo 17.º) abrangem:

- As missões humanitárias ou de evacuação dos cidadãos nacionais;
- As missões de manutenção da paz;
- As missões de forças de combate para a gestão das crises, incluindo operações de restabelecimento da paz.

Nos termos desta declaração, os Estados-membros da UEO decidem colocar à disposição da UEO, mas igualmente da OTAN e da UE, unidades militares provenientes dos diversos Ramos das suas forças convencionais. O Tratado de Amesterdão “veio reforçar o carácter operacional da PESC, através da introdução de instrumentos mais coerentes e de um processo de tomada de decisões mais eficaz. Passou a ser possível adoptar medidas através de uma votação por maioria qualificada, devido à dupla segurança representada pela abstenção construtiva e pela possibilidade de remeter uma decisão para o Conselho Europeu em caso de veto excepcional de um Estado-membro. A Comissão, por sua vez, está mais envolvida nas tarefas de representação e de execução relacionadas com a PESC.” ¹⁷

¹⁷Comissão Europeia, [www. http://ec.europa.eu/index_pt.htm](http://ec.europa.eu/index_pt.htm) acedido em 3 de Dezembro de 2009



O novo artigo 26º (antigo artigo J.16 no Tratado de Maastricht) prevê a criação de uma nova função. Essa função é a do Secretário-Geral do Conselho que passa a exercer as funções de Alto Representante para a PESC. Nessa qualidade, assiste o Conselho nas questões do âmbito da política externa e de segurança comum, contribuindo nomeadamente para a formulação, elaboração e execução das decisões políticas. A pedido da Presidência, actua em nome do Conselho, conduzindo o diálogo político com terceiros.

Também se acordou a criação de uma Unidade de Planeamento de Política e de Alerta Precoce, sob a autoridade do Alto Representante para a PESC. Constituída por especialistas provenientes do Secretariado-Geral do Conselho, dos Estados-membros, da Comissão e da União da Europa Ocidental (UEO), as suas atribuições são:

- Acompanhar e analisar a evolução da situação nos domínios abrangidos pela PESC;
- Avaliar os interesses da União em matéria de política externa e de segurança e inventariar os domínios sobre os quais a PESC poderá incidir no futuro;
- Identificar atempadamente acontecimentos, potenciais crises políticas ou situações que possam ter implicações significativas na política externa e de segurança da União;
- Elaborar, sob a responsabilidade da Presidência, a pedido do Conselho ou da Presidência ou por iniciativa própria, documentos que apresentem, de forma fundamentada, opções no que respeita à política a seguir pelo Conselho.

No Conselho Europeu de Helsínquia, reunido nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1999, foram adoptados os objectivos globais de defesa europeia: forças militares com cerca de 100 mil soldados, 400 aviões e 100 navios, capazes de entrar em acção no prazo de 60 dias e por um período de pelo menos um ano; era o conceito da Força de Reacção Rápida Europeia (ERRF). Um dos componentes básicos para viabilizar esse objectivo seria a disponibilidade de meios de transporte de tropas e de equipamentos para intervenção rápida e em larga escala em teatro de guerra; outra condição seria a constituição de órgãos de planeamento e comando, sendo ainda necessários meios de transporte estratégico.

O Tratado de Nice, adoptado em Dezembro de 2000, na sequência do Conselho Europeu reunido em Nice, e assinado em 26 de Fevereiro de 2001, entrou em vigor em 1 de Fevereiro de 2003. Neste Tratado foi pela primeira vez colocada a possibilidade de alguns Estados-membros estabelecerem entre si uma cooperação específica, utilizando as instituições e procedimentos da UE. Tratou-se de clarificar as condições relativas a tais cooperações. Estas cooperações, que o Tratado denomina



de “cooperações reforçadas”¹⁸, têm como finalidade “salvaguardar os valores e servir os interesses da União no seu conjunto”¹⁹, com o objectivo de afirmar “a sua identidade como força coerente na cena internacional”.²⁰

A 1 de Janeiro de 2003 lançou-se a primeira operação PESD, na Bósnia Herzegovina. Uma das fortes críticas lançadas a esta operação foi uma ausência de “estratégia” que estabelecesse o quadro de acção da PESD da UE. O ano de 2003 foi um ano difícil uma vez que existiu uma grande discordância entre os Estados-membros, devido à questão do Iraque.²¹ Até ao momento já se iniciaram 20 operações PESD.²²

O Tratado de Lisboa, assinado a 13 de Dezembro de 2007, entrou em vigor a 1 de Dezembro de 2009, tendo por finalidade adaptar a UE à nova realidade (27 Estados-membros) e preparar a Europa para os desafios externos.

Este Tratado define, de forma clara, os objectivos e valores da União Europeia: paz, democracia, respeito pelos direitos humanos, justiça, igualdade, Estado de direito e sustentabilidade. Cria os novos cargos de Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-presidente da Comissão, que reforçará o impacto, a coerência e a visibilidade da acção externa da UE, e de Presidente do Conselho Europeu (que será eleito pelo Conselho Europeu para um mandato de dois anos e meio, renovável uma vez), pondo fim ao sistema de presidências rotativas. Haverá no entanto um conjunto rotativo de três Estados membros que, durante dezoito meses, auxiliará o Presidente na sua actuação.

É neste âmbito que se inserem as palavras de Guilherme de Oliveira Martins, ao afirmar que “se a Europa quer construir uma União pacífica e respeitada com influência na comunidade internacional tem de encontrar a dimensão e as instituições adequadas para defender os seus interesses comuns, ao mesmo tempo que tem que dotar a PESC com regras claras, que lhe permita ter uma maior eficiência”²³. O Tratado de Lisboa intenta assim em tornar a UE mais democrática, eficiente e transparente, permitir que os cidadãos e os parlamentos prestem um contributo mais decisivo para o que se passa a nível europeu e dar à Europa uma voz mais clara e

¹⁸ Art.º 27º.A a art.º 27º.E.

¹⁹ Comissão Europeia em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/nice_treaty/nice_treaty_cooperations_pt.htm acedido em 12 de Março de 2010.

²⁰ Idem.

²¹ Uma coligação liderada pelos EUA invade o Iraque em busca de armas de destruição em massa.

²² Estas operações realizaram-se na Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Palestina, Iraque, Afeganistão, Guiné-Bissau República Centro Africana, República Democrática do Congo, Geórgia, Indonésia, Darfur e na Antiga República Jugoslávia da Macedónia.

²³ Martins, Guilherme de Oliveira, “Uma Europa mediadora e aberta”, em, Álvaro de Vasconcelos, Valores da Europa – Identidade e Legitimidade, Cascais, 1999.



mais forte no mundo, protegendo simultaneamente os interesses nacionais. Este Tratado define claramente os objectivos e valores da União Europeia e cria uma disposição que, pela primeira vez, faculta aos cidadãos a possibilidade de participarem directamente no processo de decisão legislativo da UE. Esta iniciativa dos Cidadãos permite que um milhão de pessoas (numa população de 500 milhões de habitantes da UE) de diferentes Estados-Membros possam dirigir à Comissão Europeia uma petição para que apresente novas propostas políticas.

Ao nível da segurança e defesa, este tratado confere à UE uma maior capacidade para intervir nas áreas da liberdade, segurança e justiça e, por conseguinte, para lutar contra o crime e o terrorismo. As novas disposições, no que respeita à protecção civil, ajuda humanitária e saúde pública, têm igualmente como objectivo reforçar a capacidade de reacção da UE em caso de ameaça contra a segurança dos cidadãos europeus. O quadro de missões é alterado passando das missões Petersberg para “acções conjuntas em matéria de desarmamento, as missões humanitárias e de evacuação, as missões de aconselhamento e assistência em matéria militar, as missões de prevenção de conflitos e de manutenção de paz, as missões de restabelecimento e as operações de estabilização no termo dos conflitos. Todas estas missões podem contribuir para a luta contra o terrorismo, inclusive mediante o apoio prestado a países terceiros para combater o terrorismo no respectivo território.”²⁴

Com este Tratado, espera-se que a UE “passe a dispor de todos os instrumentos necessários para enfrentar os desafios que lhe colocam, seja ao nível interno – com um aumento de eficácia da estrutura institucional de uma Europa alargada a 27 Estados-membros – seja ao nível externo, através do fortalecimento dos mecanismos de acção comum externa da Europa num mundo em globalização.”²⁵

²⁴ Artº 43º, dos artigos da secção relativa à PCSD.

²⁵ Asserção do Dr. Nuno Severiano Teixeira, proferida durante o seminário «O tratado de Lisboa e o futuro da integração europeia»; 2008; Lisboa



Capítulo 2

A Identidade Europeia ao nível da Segurança e Defesa da Europa

2.1 Primeiras organizações europeias de Segurança e Defesa

A Defesa da Europa é um processo que tem vindo a evoluir. Em 1947 terá talvez ocorrido o primeiro acontecimento relevante a esse nível. Finda a II Guerra Mundial, em 1945, voltava a haver paz no território Europeu.

O maior perigo para a segurança da Europa parecia ser o rearmamento por parte da Alemanha, pelo que, no dia 4 de Março de 1947, em Dunquerque, é assinado o Tratado com o nome desta cidade. O Tratado foi no fundo um pacto de ajuda mútua, firmado entre o Reino Unido e a França, em caso de a Alemanha não respeitar as regras que lhe foram impostas após a II GM. O texto do Tratado refere o propósito de impedir "a Alemanha de violar as suas obrigações de desarmamento e de desmilitarização e de evitar que volte a ser um perigo para a paz". Passado um ano a Europa apercebe-se que a sua maior ameaça não seria a Alemanha. Esta viria de Leste.

Em 1948 a URSS recusa a entrada para a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e impõe, a todos os países do Leste da Europa, que também recusem o convite, pois entendia que este punha em causa a soberania nacional. Em 22 de Fevereiro de 1948 dá-se a intervenção Soviética na Checoslováquia, com o apoio a um golpe de estado comunista.

Estes acontecimentos levaram, em 17 de Março de 1948, à assinatura do Tratado da União Ocidental (também chamado Tratado de Bruxelas). Este Tratado criou uma organização europeia de cooperação para a defesa e a segurança, sendo os países signatários a França, o Reino Unido, a Bélgica, os Países Baixos e o Luxemburgo.²⁶

No dia 4 de Abril de 1949 foi assinado o Tratado de Washington, pelos dez países da Europa Ocidental, pelos Estados Unidos América (EUA) e pelo Canadá. Com este Tratado cria-se uma organização regional de Defesa, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A 27 de Maio de 1952 foi assinando o Tratado da Comunidade Europeia de Defesa (CED), tendo por objectivo a criação de um exército europeu ocidental com a

²⁶ Comissão Europeia em http://europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm, acedido em 12 de Março 2010.



participação da Itália, França, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Alemanha Ocidental. No entanto, este Tratado apresentava duas fragilidades:

- A Alemanha Ocidental não participava em condições de igualdade (tanto o seu comando como os seus contingentes seriam controlados pelos demais países²⁷);
- Este exército europeu estaria subordinado, em tempo de paz, ao comando supremo da OTAN.

O fim da CED surge em 1954 depois da Assembleia Francesa rejeitar definitivamente o acordo, o que representou o fracasso da CED.

No dia 23 de Outubro celebram-se os Acordos de Paris. Estes Acordos ditaram a entrada da Itália e da República Federal da Alemanha (RFA), dando assim forma à União Europeia Ocidental (UEO), prevendo-se desde logo uma estreita cooperação entre esta e a OTAN.

2.2 A evolução até a década de 80

No dia 9 de Maio de 1955, em Varsóvia, é assinado o Pacto de Varsóvia, dando forma à histórica desconfiança relativamente aos países ocidentais, a qual veio a aumentar com a adesão da República Federal da Alemanha à OTAN²⁸.

Durante a Guerra Fria, a defesa europeia não constituiu uma prioridade, uma vez que as atenções estariam voltadas para a OTAN.

Com o passar do tempo, as tensões entre a OTAN (liderada pelos EUA) e o Pacto de Varsóvia (liderado pela URSS) agravaram-se, resultando numa situação definida simultaneamente pela ausência de paz e pela inexistência de guerra. Esta situação foi definida pelo jornalista americano Herbert Bayard Swope como Guerra Fria. Para Francisco Manuel Gomes, esta guerra esteve na iminência de se tornar numa guerra quente em pelo menos cinco situações.²⁹

A primeira ocorreu em Outubro 1956, aquando da Revolução Húngara, movida por um levantamento popular contra o governo estalinista na Hungria e contra a política imposta pela União Soviética. Esta culminou com a invasão de Budapeste pelo Exército Vermelho em 4 de Novembro, e com a instauração de um governo pró-

²⁷Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em <http://www.iscsp.utl.pt/> acedido a 11 de Março de 2010

²⁸http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/historia_do_presente/projecto_europeu/1950_comunidade_europeia_de_defesa.htm, acedido em 13 de Março de 2010.

²⁹Gomes, Francisco (Segurança e Defesa: Um único domínio?) em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=439, acedido em 12 de Março de 2010.



soviético liderado por János Kádár, tendo as tropas soviéticas retirado da Hungria em 1991.

O segundo momento de maior tensão sucedeu em 1961, quando os comunistas começaram a erguer o Muro de Berlim a 13 de Agosto. O muro, formado por duas barreiras de 2,40m, cercas de arame farpado com armadilhas e torres de guarda, viria a separar amigos e famílias. Na tentativa de encontrar melhores condições do outro lado do muro, várias pessoas foram mortas quando tentavam transpor o muro, pois os soldados tinham ordem de atirar a matar.

A terceira aconteceu em 1968, e ficou conhecida como a crise dos mísseis de Cuba. A crise começou quando os soviéticos instalaram mísseis nucleares em Cuba, em resposta à instalação de mísseis nucleares na Turquia, em 1961, por parte dos Estados Unidos da América (EUA), e da tentativa de derrubar o governo socialista em Cuba e depor o líder cubano Fidel Castro, que ficou conhecida como o desembarque na Baía dos Porcos³⁰. Em resposta a estes acontecimentos, a URSS instalou mísseis nucleares em Cuba. Os mísseis estariam a cerca de 150 quilómetros do território americano e alguns (o SS-5) tinham alcances superiores a 4000 quilómetros.

O quarto momento de grande tensão traduziu-se na invasão da Checoslováquia pela URSS. As reformas da Primavera de Praga foram uma tentativa de Dubček, juntamente com intelectuais checoslovacos, de conceder direitos adicionais aos cidadãos, num acto de descentralização parcial da economia e de democratização. As reformas concediam também uma diminuição das restrições à liberdade de imprensa, de expressão e de movimento que ficaram conhecidas como a tentativa de se criar um “socialismo com face humana”. As reformas não foram bem recebidas pelos soviéticos que, após as falhas nas negociações, enviaram milhares de tropas do Pacto de Varsóvia para ocupar o país. A Checoslováquia continuou ocupada até 1990.

O quinto momento de maior tensão verificou-se em 1973, com o conflito israelo-árabe. Apesar de nunca ter existido confrontação bélica entre tropas americanas e soviéticas, o estado de Guerra Fria dominou a conduta política do seu tempo.

É neste contexto que, em 17 de Fevereiro de 1986, é assinado o Acto Único Europeu (AUE). Para além do relançamento da integração europeia e da consolidação do mercado interno, este acordo consignou ainda a adopção pelos Estados-membros de uma declaração geral sobre as questões militares, onde é reconhecido como necessário o reforço da cooperação civil/militar. Este acto estipula que uma cooperação mais estreita sobre as questões da segurança europeia é essencial para o

³⁰Em 17 de Abril de 1961, entre 1500 e 1800 exilados cubanos treinados pela Agência Central de Inteligência Norte-Americana (CIA), aportaram na Baía dos Porcos. Esta tentativa de derrubar governo terminou 2 dias depois com 114 mortos e quase 1200 invasores capturados.



desenvolvimento de uma identidade europeia e de uma política externa comum. Este Tratado foi assinado no Luxemburgo por nove estados membros. No dia 28 de Fevereiro mais três países assinam o Tratado (Dinamarca, Itália e Grécia).³¹

2.3 O evoluir da Segurança e Defesa na Europa

“A partir dos princípios da década de 80, a ideia de uma defesa europeia vai adquirir uma nova dinâmica, mercê de uma generalizada percepção da necessidade de se repensar a segurança europeia, devido à evolução em curso no quadro geo-estratégico e à evolução tecnológica, com incidência nas relações quer Leste-Oeste, quer transatlânticas.”³²

Durante a Guerra Fria, vários foram os factos ocorridos à margem da esfera de decisão da Europa. São disso exemplo a instalação dos mísseis Pershing 2 e de cruzeiro (em resposta aos mísseis SS-20 da URSS), e o lançamento do sistema Strategic Defense Initiative (SDI), decidida por Reagan, sem qualquer consulta dos seus aliados (e em que a Europa ficava de fora desse “guarda-chuva antimísseis nucleares”), bem como a realização da cimeira em Reiquiavique, entre Gorbachev e Reagan, em que foram discutidos temas de séria importância para a Europa, e em que esta foi igualmente deixada de fora.

Assim sendo, foi natural o despertar da UEO, em 1984, ainda durante a Guerra Fria. Em Junho foi discutido um relatório na UEO que tinha como prioridade os seguintes temas: a evolução da ameaça contra a Europa, as modalidades para um reforço do diálogo transatlântico, as incidências da situação internacional sobre a segurança da Europa e a cooperação no domínio dos armamentos.

É na sequência deste relatório que ocorre a Declaração de Roma, em 27 de Outubro de 1984. Esta declaração marca a reactivação da UEO, ao reforçar a vontade de segurança do Ocidente. Por sua vez, o comunicado de Bona, de 23 de Abril de 1985, dá seguimento à Declaração de Roma criando três agências: uma para as questões relacionadas com o desarmamento e controlo de armamentos, outra para as questões de Segurança e Defesa e uma última para o desenvolvimento da cooperação no domínio do armamento. Concorrentemente, a Plataforma de Haia, de 27 de Outubro de 1987, assinala a identificação da UEO com a União Europeia nos objectivos de Defesa e Segurança e assume a indivisibilidade da segurança atlântica e a vontade de reforçar o pilar europeu da Aliança Atlântica.

³¹ Comissão Europeia (Acto Único Europeu) em http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/treaties_singleact_pt.htm, acedido em 12 de Março de 2010.

³² Couto, Abel «A integração europeia e a defesa nacional» pág 877.



É já na década de 90 que a Europa realiza uma significativa evolução quanto à sua capacidade autónoma para responder a crises que ocorram no interior das suas fronteiras. A reunião ministerial de Paris, de 21 de Agosto de 1990, prevê que os seus membros devem acertar as suas políticas no caso de crises que, embora decorram fora da Europa, possam afectar os interesses desta.

É disso exemplo a cooperação dos países da UEO no embargo ao Iraque, determinado pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), adoptando para o efeito uma directiva sobre a coordenação das operações navais.

Em Dezembro de 1991 ocorreu a Conferência de Maastricht e em 1997 o Tratado de Amesterdão, relevantes por motivos já anteriormente referidos.

Entre 1992 e 1997 não foi visível um aumento da capacidade da UE, no que dizia respeito à PESC. Tal ficou bem demonstrado alguns meses após a assinatura do Tratado de Maastricht, quando, face ao desmembramento da ex-Jugoslávia, a UE demonstrou ausência de consenso e incapacidade para evitar a desastrosa e fratricida guerra que se lhe seguiu, nomeadamente na Bósnia e Herzegovina.

Na cimeira franco-britânica de Le Touquet, ocorrida em Fevereiro de 2003, surge a primeira tentativa de operacionalização de uma força europeia através do conceito de “Batlegroups”. Os Batlegroups seriam constituídos por cerca de 1500 homens e poderiam ser empregues em 15/30 dias, tendo uma capacidade limitada de emprego em operações de longa duração. As suas capacidades seriam:

- Intervenção em Conflitos de Alta Intensidade;
- Intervenção em Operações de:
 - Imposição e Manutenção de Paz;
 - Operações Humanitárias;
 - Resgate de Nacionais.
- Refira-se que não estar definido o seu emprego na Defesa Territorial da União.

Em Dezembro de 2003, Javier Solana³³ concebeu a Estratégia de Segurança Europeia (ESE), a qual tem como objectivo orientar a União nos anos vindouros, e compreende as seguintes linhas directoras:

- Reconhece que a definição de Segurança se encontra desactualizada, pois seria desadequado pensar numa defesa territorial tradicional, tal como perfilhada na altura da Guerra Fria, e que a Defesa do território Europeu começa fora do Teatro Europeu;

³³Político espanhol que assumiu o cargo de Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, entre Outubro de 1999 e Novembro de 2009 e que havia sido Secretário Geral da OTAN.



- Assume que os riscos são dinâmicos, e que não podem ser ignorados, elegendo como ameaças primordiais a proliferação de armamentos, as armas de destruição massiva e a ameaça terrorista. Consequentemente, a UE terá de acautelar estes riscos, devendo estar preparada para agir antes da ocorrência da crise. Por conseguinte, as missões a atribuir não são fixas, mas dinâmicas, tal como as ameaças;
- Para além das missões clássicas de defesa, aponta ainda missões de desarmamento e apoio a outros países em questões da luta contra o terrorismo;
- Prevê o emprego de forças militares nas missões Petersberg, embora conceba igualmente que os meios não sejam puramente militares (por exemplo civis, Polícia, Administração e ainda Económicos);
- Reafirma a cooperação com a OTAN, no que toca à participação militar das duas instituições. No entanto, aponta sempre para a necessidade de um Mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU);
- Determina que, em caso de reconhecida necessidade, a UE possa intervir sem o consentimento do CSNU.

Em 2007 é assinado o Tratado de Lisboa, o qual entra em vigor em Dezembro de 2009. Este Tratado não só reforça a identidade europeia como também a identidade europeia de Segurança e Defesa.

Actualmente a UEO é constituída por 28 Estados-membros, sendo estes membros associados, observadores e parceiros associados. Entre a Europa dos quinze, dez países têm o estatuto de Estados-membros e os outros cinco (a Áustria, a Dinamarca, a Finlândia, a Irlanda e a Suécia) possuem o estatuto de observadores. Os seis membros associados são a Hungria, a Islândia, a Noruega, a Polónia, a República Checa e a Turquia. Por fim, os sete parceiros associados são a Bulgária, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Eslováquia, a Eslovénia e a Roménia.³⁴ Todos estes Tratados e organizações reforçam a identidade europeia. Essa identidade tem sido consolidada em todas as áreas, quer na económica, social, Segurança e Defesa e também na área da cultura e conhecimento (principalmente ao nível do ensino superior).

³⁴Comissão Europeia em http://europa.eu/scadplus/glossary/western_european_union_pt.htm, acedido em 12 de Março.



2.4 A criação do Espaço Europeu do Ensino Superior como um reforço da identidade europeia

Como foi referido anteriormente, em 1992 conclui-se que a integração ao nível económico não criaria uma Europa unida, daí o surgimento de três novos pilares do Tratado de Maastricht, cuja criação constituiu um marco significativo no processo de unificação europeia, aditando uma unificação política à integração económica até então existente. A partir desse Tratado a deixou de ser uma organização só de cariz económico alargando a cooperação entre os Estados-membros em outras áreas.

Em 1999, com a Declaração de Bolonha³⁵, visa-se criar uma política de conhecimento europeia, como um instrumento para construir uma identidade cultural para a União Europeia. O processo teve início, informalmente, em Maio 1998, com a Declaração de Sorbonne, e arrancou oficialmente em Bolonha, em Junho de 1999, no âmbito da reunião de Ministros da Educação Europeus. Esta Declaração deu origem a um movimento europeu com importantes repercussões a nível social, cultural e económico, designado por Processo de Bolonha. Este último tem por finalidade transformar a Europa no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo, baseado no conhecimento, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e com maior coesão social.

O aparecimento do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES, em inglês European Higher Education Area - EHEA), a par da Área Europeia de Investigação, consubstanciará o alicerce fundamental da Europa do conhecimento.

Pretende-se preservar a riqueza cultural e a diversidade linguística da Europa e aumentar o potencial de inovação e de desenvolvimento socioeconómico, através da crescente cooperação entre as instituições europeias do ensino superior.

Uma “Europa do Conhecimento” constitui um reconhecido factor para o crescimento social e humano e uma componente indispensável para a consolidação e o enriquecimento da cidadania europeia, capaz de dar aos cidadãos as competências necessárias para enfrentarem os desafios do novo milénio, juntamente com uma consciência de valores partilhados e pertencentes a um espaço social e cultural comum. A esta consciência, Chris Shore, no seu livro *Building Europe* (2000), chama de “consciência europeia”.

Embora a Declaração de Bolonha não tenha a força de um Tratado, os governos dos 29 países que a assinaram comprometem-se a reorganizar os respectivos

³⁵Ver anexo A



sistemas de ensino superior de acordo com os princípios dela constantes. Actualmente, já 47 países a assinaram³⁶. Esta declaração articula-se em seis acções:

- Criação de um sistema de graus académicos facilmente inteligíveis e comparáveis;
- Criação de um sistema essencialmente baseado em dois ciclos: um primeiro ciclo (licenciatura) útil para o mercado do trabalho, de uma duração mínima de 3 anos, e um segundo ciclo (mestrado) dependente da conclusão do primeiro ciclo;
- Criação de um sistema de acumulação e de transferência de créditos curriculares do tipo ECTS;
- Promoção da mobilidade dos estudantes, dos professores e dos investigadores;
- Cooperação em matéria de garantia da qualidade;
- Consideração da dimensão europeia do ensino superior, multiplicando a todos os níveis os módulos, os cursos e as vertentes cujo conteúdo, cuja orientação ou cuja organização apresente uma dimensão europeia.

De dois em dois após a assinatura da declaração de Bolonha passou a haver uma reunião para acompanhar o processo. Os Ministros Europeus responsáveis pelo ensino superior dos 33 países entretanto signatários (mais quatro países tinham assinado no espaço de 2 anos) reuniram-se então em Praga³⁷, a 19 de Maio de 2001³⁸, com o objectivo de analisar os progressos alcançados e estabelecer as direcções e prioridades do processo para os próximos anos, reafirmando o seu compromisso de estabelecer um Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES) até 2010. Os Ministros analisaram o relatório redigido pelo grupo que acompanhava as evoluções, tendo verificado que as metas de Bolonha foram atingidas, quer pela maioria dos países que assinaram a declaração quer pelas IES.

Foi reafirmado que a mobilidade na EEES deveria continuar para que os alunos, docentes, pessoal não docente e investigadores beneficiassem dos seus valores democráticos, diversidade cultural e linguística.

O comunicado de Praga em 19 de Maio de 2001 veio acrescentar:

- A aprendizagem ao longo da vida como elemento essencial do espaço europeu do ensino superior, para fazer face à competitividade económica;

³⁶Ver anexo B

³⁷Ver anexo C

³⁸O local para esta reunião foi escolhido para simbolizar o envolvimento de toda a Europa no processo, à luz do alargamento da União Europeia (República Checa aderiu à UE em 2004).



- O envolvimento dos estabelecimentos de ensino superior e dos estudantes: os Ministros sublinham a importância do envolvimento das universidades, dos outros estabelecimentos de ensino superior e, nomeadamente, dos estudantes, na criação construtiva do Espaço Europeu do Ensino Superior;
- A promoção do carácter atractivo do espaço europeu do ensino superior entre os estudantes da Europa e os não europeus.

A 18 e 19 de Setembro de 2003, na Conferência de Berlim³⁹, a lista de países signatários da Declaração aumenta para 40. Os Ministros responsáveis pelo ensino superior adoptam um comunicado onde destacam que o emergente EEES, a par da Área Europeia de Investigação, consubstanciará o alicerce fundamental da Europa do Conhecimento. Apela-se a uma maior mobilidade, quer ao nível de doutoramentos, quer ao nível das pós-graduações e aumentam os incentivos aos estabelecimentos que queiram incrementar a sua cooperação nos domínios dos estudos de doutoramento e da formação de investigadores.

Em 2005, nos dias 19 e 20 de Maio com a participação de 45 países realizou-se em Bergen⁴⁰. Os Ministros registam que se realizaram progressos significativos na prossecução dos objectivos da Declaração de Bolonha pelo grupo de acompanhamento e definem objectivos para 3 áreas que consideram fundamentais⁴¹:

- “Sistemas de graus: os Ministros verificaram com satisfação que o sistema de dois ciclos está a ser implementado em larga escala na maioria dos países participantes, com mais de metade dos estudantes envolvidos em sistemas deste tipo. Reconheceram haver necessidade de um diálogo mais profundo no sentido de aumentar a empregabilidade dos graduados e, talvez mais importante, adoptaram a abrangente Framework for Qualifications (em português quadro de qualificações no EEES) que compreende: três ciclos; descritores genéricos para cada ciclo, baseados em resultados de aprendizagem e competências; definição do número de créditos para o primeiro e segundo ciclos. Estes desenvolvimentos podem ser vistos como instrumentos promotores da transparência nas qualificações, que exigem primeiro acções a nível nacional e depois a nível europeu;
- Garantia de Qualidade: os Ministros realçaram a necessidade de promover a garantia de qualidade e adoptaram Standards and Guidelines for Quality Assurance (Normas e Directivas para a Garantia da Qualidade)⁴² no EEES,

³⁹Ver anexo D

⁴⁰Ver anexo E

⁴¹Instituto Politécnico de Beja disponível em <http://portal.ipbeja.pt/bergen.html> acedido em 16 de Março

⁴²Tradução livre.



de acordo com a proposta da European Network for Quality Assurance (Associação Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior³⁵) (ENQA). Em traços gerais, o relatório sobre garantia de qualidade da ENQA propõe:

- Critérios europeus para a garantia de qualidade externa e interna, e para as agências de garantia de qualidade externa – agências estas que, por sua vez, deverão ser sujeitas a reavaliações periódicas, de cinco em cinco anos;
 - Reforço da subsidiariedade (significando que as agências externas estabelecidas e reconhecidas como agências nacionais deverão ser submetidas a avaliações regulares a nível nacional);
 - A criação de um registo europeu de agências de garantia de qualidade, incluindo um Register Committee (Comissão de Registo³⁵) para regular a inclusão das referidas agências no registo;
 - O estabelecimento de um Fórum Consultivo Europeu para Garantia de Qualidade.
- Reconhecimento de Graus: os Ministros constataram ainda que 36 dos 45 países participantes já ratificaram a Convenção de Lisboa sobre o Reconhecimento de Qualificações, o que permite garantir um reconhecimento mais claro e justo para uma determinada qualificação e solicitam às autoridades nacionais e a outros parceiros o reconhecimento de joint degrees (Graus Conjuntos³⁵) obtidos em dois ou mais países da EEES.”⁴³;

Nos dias 17 e 18 de Maio de 2007 a reunião teve lugar em Londres⁴⁴. Na altura da reunião, 38% dos cursos das IES já se encontravam em conformidade com as regras de Bolonha. No ano seguinte a percentagem subiu para mais de 80%. Na sequência do que aconteceu em Bergen, no ano de 2005, o trabalho desenvolvido na conferência ministerial teve como suporte fazer o balanço e definir orientações. Em 2009, a reunião realizou-se em Lovaina⁴⁵, nos dias 28 e 29 de Abril. A partir desta reunião, o prazo para o alargamento do Espaço Europeu do Ensino Superior seria estendido para 2020 e as reuniões passariam a ser realizadas de 3 em 3 anos (2012, 2015 e 2018) e não de 2 em 2 anos como até a data. Mais recentemente, no dia 11 de Março de 2010, decorreu um congresso em Viena e Budapeste⁴⁶, onde o Cazaquistão é referido como o mais recente membro (perfazendo um total de 47 países) e que a

⁴³Excerto retirado do site do Instituto Politécnico de Beja, disponível em <http://portal.ipbeja.pt/bergen.html>, acedido em 16 de Março.

⁴⁴Ver anexo F

⁴⁵Ver anexo G

⁴⁶Ver anexo H



próxima reunião se realizará em 2012, como previsto, nos dias 26 e 27 de Abril, na Roménia, mais precisamente em Bucareste.

A criação do EEES vem responder aos desafios decorrentes do fenómeno da globalização. Deste modo a Europa tenta encontrar, também ao nível do Ensino Superior, um modelo transversal para que seja criada uma Europa competitiva a nível internacional e que promova a competitividade, a mobilidade e a empregabilidade, reduzindo as desigualdades sociais quer a nível nacional quer ao nível europeu, surgindo assim um espaço atractivo e competitivo. Sendo a Europa um conjunto histórico de culturas sócias, que foi evoluindo ao longo de séculos, a mobilidade de estudantes e docentes do ensino superior veio a ser um dos instrumentos que a Comissão Europeia lançou para promover a mobilidade entre estudantes de ensino superior e pessoal docente, assim como um instrumento de reforço da identidade europeia. O programa Erasmus é o programa de maior sucesso jamais lançado pela Comissão Europeia.



Capítulo 3

PROGRAMA ERASMUS

3.1 O programa Erasmus inserido no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PROALV)⁴⁷

O programa Erasmus, que teve início em 1987, é considerado o programa com maior sucesso jamais lançado pela Comissão Europeia, tendo já o número de participantes excedido os 2 milhões de alunos⁴⁸.

Só no ano de 2009 participaram três mil instituições do ensino superior em toda a Europa e cerca de 300 mil estudantes. No ano em que o programa comemorara o seu 25º aniversário (2012), o grande objectivo é aumentar para três milhões, até 2020, o número de estudantes que participaram neste programa, esperando-se que um quinto dos alunos que completam um curso superior tenham frequentado uma universidade fora do país de origem⁴⁹.

Actualmente o programa Erasmus encontra-se inserido no Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida (PROALV), desde o seu aparecimento em 1 de Janeiro de 2007 (e que termina no dia 31 de Dezembro de 2013). No início, o Programa Erasmus existia autonomamente (1987-1993), passando posteriormente a ser integrado num programa mais vasto, o Programa SOCRATES I (1994-1999), SOCRATES II (2000-2006) e, presentemente, o PROALV (2007-2013).

3.2 Países que participam no programa Erasmus

O Programa ERASMUS tem como objectivo apoiar a criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior e reforçar o contributo do ensino superior e do ensino profissional avançado no processo de inovação a nível Europeu.

São 33 os países que participam neste programa. Esses países são os 27 países membros da União Europeia, os três países que apresentaram um pedido de adesão à União Europeia (UE) em 2005 (Turquia, Croácia e a Antiga República Jugoslava da Macedónia) e os três dos países da Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) (Noruega, Islândia e Liechtenstein). A Suíça, outro membro da AELC, irá previsivelmente participar no Programa a partir do ano lectivo 2011/12, aguardando-se contudo a confirmação formal por parte da Comissão Europeia.

Durante os anos académicos de 2009/2010 e 2010/2011, a Croácia e a República da Macedónia puderam igualmente enviar estudantes para realizar um período de mobilidade Erasmus noutros países europeus participantes, mas não

⁴⁷ ROALV, O programa Erasmus (2009)

⁴⁸ Ver anexo H

⁴⁹ ROALV, O programa Erasmus (2009)



podem ainda receber estudantes Erasmus de outros países europeus. Tal deve-se ao facto destes novos estados estarem numa fase-piloto, em que apenas lhes é permitido ter estudantes Erasmus outgoing⁵⁰ mas não estudantes Erasmus incoming⁵¹.

3.3 Programas disponíveis pelo programa Erasmus⁵²

São vários os programas em que uma instituição, que possua Carta Universitária Erasmus (CUE), se pode candidatar. As candidaturas aos programas ocorrem em Março, para o ano lectivo seguinte.

O Programa Erasmus inclui os programas abaixo enunciados.

3.3.1 Programa de Mobilidade de Estudantes

Tem uma duração de 3 a 12 meses. O aluno recebe uma bolsa cujo valor varia conforme a duração e o destino. A instituição que envia o aluno recebe 100€/mês por cada estudante, para que possa suportar os custos administrativos e promover o programa Erasmus.

Os objectivos desta mobilidade são:

- Permitir que os estudantes beneficiem no plano educacional, linguístico e cultural de uma experiência de aprendizagem noutros países europeus;
- Promover a cooperação entre instituições e enriquecer o ambiente educacional de instituições de acolhimento;
- Contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de jovens bem qualificados, de espírito aberto e internacionalmente experientes como futuros profissionais.

A mobilidade de estudantes Erasmus para estudos decorre no contexto de acordos inter-institucionais prévios entre as instituições de origem e de acolhimento, devendo ambas ser titulares de uma Carta Universitária Erasmus.

As candidaturas deverão ser submetidas por organismos que sejam entidades legais. Pode-se formalizar a candidatura na Instituição de Ensino Superior (IES) que o estudante frequenta, junto do Gabinete de Relações Internacionais ou Gabinete Erasmus da faculdade em que se está inscrito.

As regras de elegibilidade são as seguintes:

- O estudante deverá estar matriculado numa instituição de ensino superior titular da Carta Universitária Erasmus e estar a frequentar estudos de ensino

⁵⁰Estudantes de nacionalidade portuguesa ou com residência permanente em Portugal, inscritos numa IES portuguesa, que saem para realizar um período de mobilidade Erasmus num país europeu participante no Programa Erasmus

⁵¹São os estudantes dos restantes países europeus participantes no Programa que vêm realizar um período de mobilidade Erasmus num país europeu participante no Programa Erasmus.

⁵²PROALV disponível em www.proalv.pt acedido em 9 de Fevereiro de 2010.



superior que conduzam a um grau reconhecido ou a outra qualificação reconhecida do nível terciário até ao nível de doutoramento, inclusive;

- O estudante deverá estar a frequentar o segundo ano ou seguintes de estudos de ensino superior;
- A instituição de origem deverá reconhecer na íntegra o período de tempo passado no estrangeiro, preferencialmente através de créditos ECTS (Sistema Europeu de Transferência de Créditos). O reconhecimento será baseado no Plano de Estudos aprovado por todas as partes antes do início do período de mobilidade;
- Como condição mínima ou o país de origem ou o país de acolhimento deverá ser um Estado Membro da UE.

3.3.2 Realização de um período de Estágio Profissional

Tem a duração que varia de 10 semanas a 1 ano. Durante o estágio o aluno pode ser projectado para uma universidade, empresa ou centro de investigação, podendo defender o relatório de estágio quer na instituição de destino como na instituição de origem. A instituição que envia o aluno recebe 100€/mês por cada estudante, para que possa suportar os custos administrativos e promover o programa Erasmus.

Os objectivos da mobilidade de estudantes para estágios são:

- Ajudar os estudantes a adaptarem-se aos requisitos do mercado laboral na UE;
- Permitir que os estudantes desenvolvam aptidões específicas incluindo as de línguas e melhorem o seu conhecimento sobre a cultura económica e social de determinado país e num contexto de aquisição de experiência de trabalho;
- Promover a cooperação entre Instituições de Ensino Superior e empresas;
- Contribuir para o desenvolvimento de um conjunto de jovens bem qualificados, de espírito aberto e internacionalmente experientes como futuros profissionais.

Pode-se formalizar a candidatura na Instituição de Ensino Superior e/ou Consórcio que o estudante frequentar, junto do Gabinete de Relações Internacionais ou Gabinete Erasmus.

As regras de elegibilidade são as seguintes:

- O estudante deverá estar matriculado numa Instituição de Ensino Superior titular de uma Carta Universitária Erasmus;
- A instituição de origem deverá reconhecer na íntegra o período de tempo passado no estrangeiro, preferencialmente através de créditos ECTS. O



reconhecimento será baseado no acordo de estágio aprovado por todas as partes antes do início do período de mobilidade. No caso particular de um estágio que não faz parte do currículo do estudante, a instituição de origem assegurará o reconhecimento, pelo menos através do registo deste período no Suplemento ao Diploma;

- Como condição mínima ou o país de origem ou o país de acolhimento deverá ser um Estado Membro da UE.

3.3.3 Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino

Este programa destina-se ao pessoal docente da instituição. Tem uma duração que varia de 1 dia a 6 semanas (o requisito mínimo para uma missão de ensino é de 5 horas de ensino). O programa suporta os custos da mobilidade do docente.

Podem-se candidatar a este programa o pessoal docente de uma IES e o pessoal docente e não docente de empresas (o pessoal não docente deverá ter competências para leccionar o assunto acordado pelas entidades).

Os objectivos desta mobilidade de pessoal para missões de ensino tem os seguintes objectivos:

- Estimular as instituições de ensino superior a alargarem e enriquecerem o âmbito e os conteúdos dos cursos que oferecem;
- Permitir a estudantes que não têm a possibilidade de participar num esquema de mobilidade, beneficiar dos conhecimentos e da especialização de pessoal académico de instituições de ensino superior e de pessoal convidado de empresas oriundo de outros países europeus;
- Promover o intercâmbio de saber especializado e da experiência relativamente a métodos pedagógicos;
- Criar elos de ligação entre instituições de ensino superior e empresas;

As regras de elegibilidade são as seguintes:

- As candidaturas deverão ser submetidas por organismos que sejam entidades legais;
- A missão de ensino poderá ser realizada ou por pessoal docente da Instituição de Ensino Superior ou por pessoal de uma empresa. O pessoal docente deverá ser oriundo de uma Instituição de Ensino Superior titular de uma CUE;
- A missão de ensino deverá ser exercida numa Instituição de Ensino Superior titular de uma CUE;
- A mobilidade para missão de ensino deve basear-se em acordos inter-institucionais entre as Instituições de Ensino Superior de origem e as



instituições de acolhimento ou entre a Instituição de Ensino Superior e a empresa escolhida;

- O programa de ensino deverá ser previamente acordado entre todas as partes;
- Como condição mínima o país de origem ou o país de acolhimento deverá ser um Estado Membro da UE.

3.3.4 Formação de pessoal da IES, em IES e Empresas

Este programa destina-se ao pessoal docente da instituição. Tem uma duração que varia de 1 dia a 6 semanas. O programa suporta os custos da mobilidade do docente.

Os objectivos desta mobilidade destinada à formação de pessoal são:

- Permitir ao pessoal de Instituições de Ensino Superior a aquisição de conhecimentos ou saberes especializados a partir de experiências e boas práticas no estrangeiro bem como de competências práticas relevantes para o desempenho das suas funções e para o seu desenvolvimento profissional;
- Ajudar a construir a cooperação entre Instituições de Ensino Superior e empresas.

A estadia na empresa, organização ou instituição parceira pode designar-se através de vários nomes: destacamento de curta duração, Job Shadowing, visita de estudo, workshops, conferência, etc. As regras de elegibilidade são as seguintes:

- As candidaturas deverão ser submetidas por organismos que sejam entidades legais;
- O pessoal docente deverá ser oriundo de uma Instituição de Ensino Superior titular de uma CUE;
- Sempre que uma organização de acolhimento seja uma IES deverá também ser titular de uma CUE.
- Como condição mínima o país de origem ou o país de acolhimento deverá ser um Estado Membro da UE.

3.3.5 Cursos Intensivos de Línguas Erasmus

Este programa compreende cursos especializados das línguas menos utilizadas e menos ensinadas na União Europeia, organizados nos países em que tais línguas são oficialmente faladas.

Os Cursos intensivos de Línguas Erasmus dão aos estudantes Erasmus que visitem esses países, para a realização de períodos de estudos ou de estágios, a oportunidade de estudar a língua em questão por períodos compreendidos entre duas



e seis semanas, com o objectivo de se prepararem para o seu período de mobilidade Erasmus.

São elegíveis para se candidatarem à organização de EILC, todas as IES detentoras de uma CUE, bem como outras organizações especializadas no ensino das línguas.

3.3.6 Programas Intensivos Erasmus

Abrangem os programas de estudos de curta duração que variam entre 2 e 6 semanas de trabalho relacionado com a área temática, que reúne estudantes e pessoal de Instituições de Ensino Superior de pelo menos três instituições de países diferentes. Cada instituição envia um mínimo de 10 alunos. O programa apenas suporta a mobilidade de um máximo de 60 alunos e 20 docentes. Os participantes da instituição organizadora não recebem qualquer apoio financeiro. No entanto a instituição organizadora recebe 5.000 € para despesas de secretariado.

Este programa tem como objectivos:

- Encorajar o ensino eficiente e multinacional de tópicos especiais, que de outra forma não teriam a possibilidade de ser leccionados;
- Permitir que estudantes e docentes trabalhem em grupos multinacionais e beneficiem assim de condições de aprendizagem e ensino especiais;
- Permitir que os docentes troquem experiências no âmbito de conteúdos programáticos e novas abordagens curriculares, e testem métodos de ensino num ambiente internacional.

3.4 O programa Erasmus como um reforço de uma identidade europeia

O Tratado de Roma, que em 1957 instituiu a CECA, não previa qualquer interacção nas áreas de cultura e educação. O tema abordado era somente a economia (o direito de livre circulação de mercadorias). Até ao Tratado de Maastricht, os assuntos relacionados com outras áreas, que não as económicas, não faziam parte da CE. A partir do Tratado de Maastricht, (com o aparecimento da cidadania europeia) o interesse pela área do desenvolvimento cultural foi aumentando, tendo por objectivo a percepção, por todos os cidadãos dos países membros da UE, de que são igualmente cidadãos da Europa.

Nas palavras de Chris Shore⁵³, a interacção social é o cerne da construção de uma identidade. A acção intersubjectiva de um indivíduo nasce na ideia de um “Eu”, constituído por características em comum, em oposição de “Outro”, que está noutro

⁵³Shore, Chris; «Building Europe The Cultural Politics of European Integration», Routledge, London, 2000.



local e é diferente de nós. As fronteiras levam por vezes os indivíduos a julgarem que alguém é um “Outro” só pelo simples facto de esse alguém viver noutro país.

O Programa Erasmus possibilita uma troca de conhecimentos e cultura entre os países da UE, mas também uma interacção social, interacção essa fundamental para a construção de uma identidade. A identidade europeia não visa excluir a identidade nacional, mas conseguir com que as duas identidades existam lado a lado. O Erasmus é um programa que visa o contacto entre o “Eu” e o “Outro” para que estes se conheçam, conheçam as tradições e línguas na expectativa de que o “Eu” e o “Outro” se identifiquem a partir do que compartilham e dos valores que têm em comum, como a liberdade, a democracia e paz. O objectivo é desenvolver iniciativas que evidenciem a herança cultural comum entre eles e reforçar a diversidade de cada cultura nacional, criando oportunidades de mobilidade e interacção especialmente entre os jovens, que possibilite o avanço de uma identidade comum e com isso ganhem consciência que o “Eu” é mais que o seu país, é toda a UE (ganhem a “consciência europeia”). Sendo o programa Erasmus um programa de sucesso, era presumível que fosse também usado no Ensino Superior Militar. Como parte integrante do globalismo referente ao Ensino Superior em geral, foi percepcionado que algo deveria ser analisado no âmbito da formação dos oficiais das Forças Armadas dos Estados-membros da UE. Surge assim a proposta francesa de avançar com o programa de Erasmus Militar, tendo como base os mesmos ideais do programa Erasmus, actualmente já devidamente integrado no Processo de Bolonha.



Capítulo IV

“ERASMUS MILITAR”

4.1 Generalidades

Muito mudou na Europa nos últimos 10 anos. A Europa tornou-se num actor relevante na resolução de conflitos no sistema internacional. Isto deve-se em grande parte á Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Em consequência desta mudança, o Pacto de Varsóvia deixa de ser visto como o inimigo, e a ênfase é colocada no combate ao terrorismo⁵⁴, ao crime organizado e à proliferação das armas de destruição maciça (ameaças globais que tocam tanto a esfera das organizações internacionais como regionais), às violações do Direito do Homem e ao tráfico humano. Tal levou à reestruturação das Forças Armadas (FA), caracterizadas por forças mais ligeiras e adaptáveis, mais modulares, mais flexíveis, mais profissionais, com mais acesso à informação e capacidade de gestão da mesma, mais preventivas, mais conjuntas e combinadas (especialmente as FA dos países membros da OTAN). Esta reestruturação passa logicamente por uma reestruturação ao nível dos quadros.

As mudanças não ocorreram apenas ao nível da Segurança e Defesa da Europa. Depois de 11 de Setembro de 2001, foram dadas orientações aos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar⁵⁵ (EESPUM), pelos Estados Maiores dos Ramos e GNR, para que houvesse uma maior incidência na área das relações internacionais e do combate ao terrorismo no âmbito das diferentes Unidades Curriculares do Departamento de Ciências e Tecnologia Militares⁵⁶.

4.2 Iniciativa europeia para intercâmbio de jovens oficiais⁵⁷

Até 2010, os graus académicos serão comuns na Europa e os cursos de diferentes países e instituições serão equiparáveis.

Ao abrigo do Decreto-Lei 37/2008, onde se expressa que “o Programa do XVII Governo Constitucional estabeleceu como um dos objectivos essenciais da política para o ensino superior, no período de 2005-2009, garantir a qualificação dos portugueses no espaço europeu, compromisso em relação ao qual o ensino superior

⁵⁴ O seu combate começa com a definição clara e objectiva do conceito que, na leitura de Kofi-Annan, consiste no seguinte: qualquer acção que vise matar ou afectar seriamente civis desarmados ou não combatentes, com o objectivo de intimidar a população ou compelir a acção de qualquer Estado ou Organização Internacional (tradução livre).

⁵⁵ Os EESPUM incluem a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM), a Academia da Força Aérea (AFA) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

⁵⁶ Borges, Vieira (2009) Jornal de defesa disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=707, acedido em 12 de Março de 2010.

⁵⁷ Carriço, Alexandre, (2008) Relatório do Seminário Erasmus militar.



público militar não poderá, de todo, ficar indiferente”, a AM aderiu ao processo de Bolonha, assim como a Escola Naval e a Academia da Força Aérea.

Em Julho do mesmo ano, durante a presidência francesa da UE, surge a iniciativa de avançar com o programa de Erasmus Militar, tendo como base os mesmos ideais do programa Erasmus, actualmente já devidamente integrado no Processo de Bolonha.

Os três grandes pilares do programa “Erasmus Militar” foram definidos como:

- Procura de um currículo de formação e treino dos cadetes/oficiais-Alunos com um denominador mínimo a nível europeu e baseado no reconhecimento mútuo dos cursos existentes nos Estados membros;
- Implementação de módulos standardizados ao nível da educação e treino nas diversas Academias Militares;
- Dinamização da mobilidade entre docentes e discentes, reconhecendo as qualificações e os currículos ministrados.

Ainda neste ano, durante a presidência francesa, foi lançado um programa de investigação e análise dos programas de intercâmbio existentes entre Academias Militares europeias, que contou com a participação de um total de 43 Academias Militares, tendo sido concluído que muitas já desenvolviam programas de cooperação e intercâmbio de alunos e docentes a nível bilateral, sendo contudo reduzido o número de alunos e docentes envolvidos.

Em 1 e 2 de Outubro de 2008, na sequência da reunião entre os Ministros da Defesa em Deauville, foi acordada a implementação de uma “iniciativa na área do treino e da formação militar”, a qual foi formalizada em 10 de Novembro no Conselho Geral e das Relações Externas da UE. Vários Estados-membros demonstraram interesse em participar nesse projecto.

Nos dias 13 e 14 de Novembro de 2008, na Ecole Militaire, em Paris, decorreu um seminário que tinha como objectivo a identificação das condições e modalidade de fortalecimento da dimensão europeia da formação de cadetes-oficiais/alunos. Visou também constituir um grupo de trabalho que tinha como objectivos para 2009:

- O desenvolvimento de um curso comum no âmbito da PESD;
- A realização de consultas iniciais entre Academias Militares, de forma a desenvolver e consolidar um futuro processo de reconhecimento mútuo dos créditos e dos currícula.



Este seminário contou com cerca de 130 representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, bem como das Academias Militares de 20 países⁵⁸.

A senhora Claude-Franda Arnoult⁵⁹ dissertou nesta reunião sobre o tema “*Launching a European initiative to develop exchanges between officer-cadets and trainers during the initial training courses: expectations and difficulties in the light of the European stocktaking and institutional parameters*” (Lançamento de uma iniciativa europeia para desenvolver o intercâmbio entre oficiais-cadetes e formadores durante a fase inicial da sua formação: expectativas e dificuldades em função do levantamento Europeu e dos parâmetros institucionais). A oradora referiu alguns problemas na realização do programa de mobilidade entre jovens oficiais, designadamente:

- O financiamento do Erasmus Militar não se encontra consignado até à presente data;
- 60% das Academias Militares não reconhecem a formação universitária no estrangeiro como algo positivo;
- 40% das Academias não tem o seu curso reconhecido como ensino superior;
- Existem diferenças significativas nos modelos de formação, de curricula, de calendário de actividades e de língua.

Arnoult propôs ainda que fosse criada uma base de dados acessível pela internet, onde todas as Academias Militares colocassem os seus planos curriculares e calendários escolares, criando assim um sistema de ensino à distância para os módulos PESD, e a introdução de algumas unidades curriculares no âmbito do PESD e de segurança internacional.

Por sua vez, o senhor Philp Van Depoele⁶⁰ conferenciou sobre o tema “*a successful example of europeanising curricula: the European Academic Erasmus programme*” (O exemplo bem sucedido de europeização curricular: o programa académico Europeu Erasmus) onde defendeu as vantagens do programa “Erasmus Civil”. Quanto ao problemas do “Erasmus Militar”, Depoele referiu igualmente o problema do seu financiamento, para além do défice de reconhecimento dos cursos a nível europeu e aquilo a que chamou “encolhimento de Bolonha” e resultado dos ECTS comuns. A fase que se seguiu foi de perguntas e respostas, das quais se

⁵⁸Os países participantes foram Alemanha, Áustria, Bélgica, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Suécia.

⁵⁹Directora-Geral da Gestão de Crises e Planeamento da UE.

⁶⁰Membro da Direcção Geral de Educação e Cultura da UE.



salientam as intervenções proferidas por suecos e franceses. Estes indicaram algumas das possíveis acções a adoptar, abaixo expostas⁶¹:

- Criação de grupos de trabalho no seio do Colégio Europeu de Segurança e Defesa;
- Tal como referido pela Sra. Arnoult, deviam ser disponibilizados na internet os curricula das Academias, bem como o número de vagas para docentes e discentes disponibilizados anualmente por cada uma dessas instituições, ao abrigo de programas de intercâmbio bilateral. Deviam igualmente ser criados oficiais de ligação entre cada uma das Academias e criados módulos curriculares sobre PESD e sobre a segurança internacional nas estruturas curriculares dos cursos ministrados na Academias;
- O apoio financeiro do programa Erasmus Militar, por parte Comissão Europeia, requer uma duração igual ou superior a 6 meses (1 semestre). O semestre pode incluir a investigação para uma tese de mestrado, com orientação/co-orientação de um docente local e a frequência obrigatória de uma unidade curricular de ensino da língua do país de acolhimento;
- A adesão deve ser voluntária, e deverá ainda ser definido um modelo, que segundo Van Depoele, facilitará a obtenção de financiamento pela Comissão Europeia. O ano limite para a aprovação do modelo é 2012;
- É preferível, numa fase inicial, manter o modelo de intercâmbio bilateral já existente;
- É possível a realização de Erasmus civil (por exemplo cursos de engenharia e cursos de saúde) e Erasmus Militar (restantes cursos);
- A França disponibilizou meios aéreos e navais bem como instalações para o treino semestral e multinacional por parte de oficiais/cadetes alunos das Academias, no âmbito do intercâmbio da formação e treino militar. A este programa foi dado o nome provisório Dr. Erasmus/Ícaro e Erasmus/Colombo.

De salientar ainda alguns aspectos ainda não definidos sobre a realização do Erasmus Militar. O General Hans Barnadt, do Secretariado Geral do Conselho da EU, e membro do European Security and Defence College (Colégio Europeu de Segurança e Defesa), defendeu que o Erasmus Militar devia ocorrer o mais cedo possível na carreira militar, enquanto o General Comandante da Academia Militar Alemã preconizou que tal só deveria ocorrer nos postos de Capitão/Major.

Dia 21 e 22 de Abril de 2009 realizou-se em Brno um seminário subordinado ao tema “*Mobility of Students - the Path towards Enhancing European Education and*

⁶¹Ver anexo K



Culture in Security and Defence" (Mobilidade de estudantes - o caminho para o reforço de educação e cultura europeias no âmbito da Segurança e Defesa). Este seminário contou com a participação de mais de 60 delegados de 22 países da UE. Deste seminário ficou a sugestão de alterar a actual designação do programa de Erasmus Militar para "Military Programme of Lifelong Education and Training" (em português Programa Militar de Educação e Treino ao Longo da Vida).

Dia 19 de Fevereiro de 2009 realizou-se uma reunião em Bruxelas, em que foram definidos 5 projectos, que foram definidos como «quick-wins»:

- Implementação de um módulo de formação comum sobre a PESD;
- Fornecer uma senha de acesso à Internet para acesso ao currículo de todas as Academias Militares;
- Criação de um fórum específico para o programa de intercâmbio;
- Acordo sobre os aspectos legais e administrativos desse intercâmbio;
- Desenvolver outros módulos de formação comuns.

Entre 7 e 11 de Setembro de 2009 teve lugar em Lisboa o Seminário "Política Europeia de Segurança e Defesa", sob égide do Ministério da Defesa Nacional, promovido em conjunto pela AM, Escola Naval (EN) e Academia da Força Aérea (AFA), contando ainda com o apoio do Colégio Europeu de Segurança e Defesa. Participaram cerca de 40 alunos de 18 Academias Militares europeias, para além de altas individualidades e peritos de grande prestígio. Os objectivos foram claramente atingidos, tendo sido conferidos, aos alunos das diferentes Academias Militares europeias, 1,5 ECTS no âmbito da Declaração de Bolonha. O seminário iniciou-se com a comunicação do Dr. Nuno Severiano Teixeira⁶², o qual referiu que "Tal como o Erasmus foi um instrumento importante para a construção de uma identidade europeia, o Erasmus Militar será um instrumento importante para a construção de uma Política Europeia de Segurança e Defesa. Temos concepções diferentes sobre esta matéria, de país para país, e este curso tem por objectivo construir capacidades nos mais novos, dar-lhes novas experiências, para que possam dar passos sólidos e ajudem a formar uma estratégia europeia consistente de segurança e defesa"⁶³

Durante a presidencia espanhola, realizou-se um seminário em Saragoça, de 1 a 5 de Março de 2010, com o tema "Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD)"⁶⁴.

Todos os participantes concluíram que a participação neste tipo de eventos constitui uma mais-valia para a formação dos jovens oficiais da comunidade europeia,

⁶²Na qualidade de Ministro da Defesa Nacional de Portugal.

⁶³Asserção do Dr. Nuno Severiano Teixeira, proferida durante o seminário.

⁶⁴Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a 01 de Dezembro de 2009, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) passa a designar-se Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD).



pois os assuntos ministrados são actuais e bastante pertinentes para os futuros oficiais. Quanto à participação portuguesa foi uma participação muito activa pois a Academia Militar foi a única instituição que de uma forma activa participou nos dois seminários, tendo Portugal sido um dos poucos países que participaram com oradores, o que continua a afirmar a AM como instituição de referência ao nível do Ensino Superior Militar Europeu.

4.3 O ensino superior militar e o Erasmus militar

O facto da AM, a EN e a AFA terem aderido à declaração de Bolonha, constituiu um significativo passo para que Portugal esteja em condições de aderir a um possível programa Erasmus Militar, ao colocar o ensino superior militar ao mesmo nível do ensino superior em toda a Europa e ao facultar a integração do ensino superior militar no EEES. No entanto o mesmo não se verifica em toda a Europa; por um lado, em alguns países as Academias Militares são vistas como uma universidade de “elite”; por outro, 40% das academias europeias não têm os cursos que ministram reconhecidos como ensino superior nacional. Se todas as Academias Militares aderissem ao processo de Bolonha, tal facilitaria o intercâmbio de jovens Oficiais.

O programa Erasmus Militar será numa segunda fase um reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa, na medida em que um dos objectivos do programa passa pela inserção de unidades curriculares sobre a PCSD e a segurança internacional em todas as academias. Tanto no seminário PESD de Setembro de 2009, realizado em Lisboa como no seminário realizado em Saragoça em Março de 2010, subordinado ao tema PCSD, os cadetes enviados para participarem no seminário conheciam os assuntos tratados nas sessões, devido às bases que tinham adquirido na unidade curricular de Relações Internacionais tendo sido alguns dos conteúdos ministrados nas aulas. No entanto, a evolução do projecto Erasmus Militar poderá passar por outros conteúdos formativos, que em parte ou no seu todo, podem contribuir para o reforço identidade europeia e alargar a Europa do conhecimento. A título de exemplo os conteúdos podem passar pelo direito humanitário, operações de apoio à paz.



Capítulo 5

O Erasmus Militar como um reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa

5.1 Principais vantagens e dificuldades do Programa Erasmus⁶⁵

A Declaração de Bolonha e o processo de modificação referente a essa Declaração veio tornar mais fácil o acordo entre as IES permitindo que as unidades curriculares que o aluno irá frequentar na IES de acolhimento substituam as unidades curriculares da IES de origem. Embora as unidades curriculares não sejam iguais os currículos tornaram-se mais similares.

Uma das dificuldades do programa Erasmus é a comunicação, pois na opinião dos alunos participantes a frequência do curso intensivo de língua estrangeira é insuficiente e tardia. Esta dificuldade é de certa forma atenuada quando os alunos realizam os exames em inglês em vez da língua oficial dos países de acolhimento. No entanto, por exemplo em Itália, os alunos não realizam, por regra, exames escritos, sendo os exames realizados apenas oralmente e em italiano.

Os cursos que revelam uma maior dificuldade são os cursos na área da saúde, uma vez que possuem uma maior interacção com os habitantes dos países de acolhimento, o que torna mais importante o domínio da língua.

Uma das formas de superar esta dificuldade poderá passar pelo método adoptado pela Polónia, onde as aulas para os alunos Erasmus são ministradas em inglês, de forma a colmatar o problema da comunicação. No entanto estes alunos são obrigados a frequentar um curso mais completo de polaco, financiado governo polaco.

Outra dificuldade referida pelos alunos que participaram no programa consiste em encontrar um local para residir. No entanto, embora algumas das faculdades de acolhimento não assegurem este aspecto, tal não constitui um obstáculo à realização do Erasmus Militar, uma vez que o alojamento poderá ser garantido pela academia de acolhimento.

Outra lacuna referida pela generalidade dos estudantes, consiste na insuficiência do necessário apoio financeiro. Em países com um elevado nível de vida, como por exemplo a Alemanha e o Reino Unido, as ajudas financeiras são escassas face ao elevado custo do alojamento e da alimentação. No entanto, de um modo geral, todos

⁶⁵ Informações fornecidas pela PROALV



os participantes ficam agradados com a sua participação no programa pois são mais as vantagens superam as desvantagens.

Uma das principais vantagens inerentes à participação no programa Erasmus consiste no conhecimento das línguas estrangeiras e na obtenção de competências interculturais. A mobilidade da aprendizagem apresenta outros aspectos positivos, tais como o combate aos riscos de isolamento, protecção e xenofobia, que surgem nos períodos de crise económica. Pode ainda contribuir para a promoção de um forte sentido de identidade e cidadania europeias entre os jovens, e estimular a disseminação do conhecimento, que constitui um dos pilares da Europa do futuro. Para além disso, um estudo demonstra que cerca de 54% dos alunos que realizaram Erasmus acreditam que o mesmo os ajudou a encontrar o seu primeiro emprego.⁶⁶

5.2 Possíveis vantagens e dificuldades do Erasmus Militar

Uma das principais dificuldades reside desde logo no facto de nem todas as Academias Militares da UE terem aderido à Declaração de Bolonha. Cerca de 40% os cursos ministrados nas Academias Militares europeias não são reconhecidos como ensino superior nacional (por exemplo o caso da Grécia).

Outra das dificuldades revela-se na diferença dos modelos de formação, de curricula, de calendário de actividades e da própria admissão. Por exemplo, na Royal Military Academy Sandhurst (Real Academia Militar de Sandhurst, do Reino Unido) os cadetes são, em mais de 80% dos casos, já licenciados. As enormes discrepâncias entre as academias dos Estados-membros constituem, sem dúvida, o maior obstáculo à implementação do programa Erasmus Militar.

No que respeita às vantagens oferecidas, estas serão idênticas às do Programa Erasmus já existente, acrescentando que para além de um instrumento para o reforço de uma identidade europeia, será também um instrumento para o reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa. Esta identidade de Segurança e Defesa será importante na formação dos futuros oficiais do quadro permanente tendo em vista a sua participação em missões combinadas multinacionais conjuntas e combinadas.

⁶⁶ Friedhelm Maiworm e Ulrich Teichler: Study Abroad and Early Career: Experiences of Former Erasmus Students, 2004.



5.3 O Erasmus Militar como um instrumento para uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa

Reiterando a frase: “Tal como o Erasmus foi um instrumento importante para a construção de uma identidade europeia, o Erasmus Militar será um instrumento importante para a construção de uma Política Europeia de Segurança e Defesa”⁶⁷

À semelhança do Programa Erasmus, o programa Erasmus militar funcionará como um instrumento para reforçar da identidade europeia, pois irá permitir troca de conhecimentos, culturas e propulsionar a interação social. No entanto o Erasmus Militar será um instrumento para uma identidade Europeia de Segurança e Defesa, pois a sua plena implementação irá obrigar a uma standardização ao nível da educação nas academias europeias, conduzindo deste modo a um reconhecimento mútuo dos cursos existentes nos Estados-membros.

Algo em que todos os Estados-membros estão de acordo é que a PCSD só pode ser eficiente se as suas diversas componentes partilharem uma cultura estratégica comum. É essencial que as diferentes forças militares nacionais partilhem e desenvolvam a mesma cultura operacional tanto “no terreno como nos quartéis-generais”⁶⁸. Para tal, embora salvaguardando a autonomia de cada Estado no que diz respeito aos currículos das respectivas academias, deveriam ser incluídas unidades curriculares sobre a PCSD e sobre segurança internacional nos respectivos Planos de Ensino. Desta forma reforçar-se-ia a cultura europeia de Segurança e Defesa e, por conseguinte, tal constituiria um instrumento de reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa.

5.4 Modelos possíveis

Tendo como base o enquadramento previamente realizado, e face à análise desenvolvida no último capítulo, tentaremos identificar o modelo(s) a adoptar no âmbito do programa de intercâmbio de alunos das diferentes escolas de formação de oficiais dos quadros permanentes dos países da União Europeia, adiante designadas por Academias Militares.

O modelo tradicional e mais frequente ao nível dos alunos – Programa de Mobilidade de Estudantes – em que o aluno frequentaria um conjunto de unidades curriculares, objecto de um reconhecimento e consequente equivalência, revela algumas limitações estruturais, dificilmente ultrapassáveis nesta fase inicial:

⁶⁷Teixeira, Nuno Severiano (2009), durante o discurso de abertura do seminário PESD realizado em Lisboa.

⁶⁸French Ministry of Defence; (2008); Press File: seminar on the Military Erasmus.



- Os modelos formativos das academias europeias⁶⁹ teriam de ser comparáveis e reconhecidos mutuamente;
- Os alunos teriam de expressar-se fluentemente na língua do país de acolhimento ou, em alternativa, as unidades curriculares teriam de ser ministradas em inglês;
- Teriam de ser acordadas, entre as academias, as unidades curriculares que o aluno iria frequentar, possibilitando assim que fossem creditadas no país de origem.

Admitimos que, nestes casos só acordos bilaterais poderão ser o modelo a adoptar.

Refira-se ainda que a simples adesão à Declaração de Bolonha, não seria de todo suficiente para implementar este modelo, uma vez que os próprios calendários das academias são muitos díspares. Na nossa opinião este modelo poderá vir a ser utilizado, nomeadamente entre as academias que o reconhecem mutuamente, sendo um exemplo o intercâmbio bilateral de alunos que existe entre as academias da Suécia e da Alemanha. No caso nacional, o intercâmbio com Espanha é já possível, decorrente de alguns encontros no sentido de o tornar real. O evento mais importante foi a reunião do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa (CLESD), ocorrido em Janeiro de 2009, no âmbito da 24ª cimeira luso-espanhola que decorreu em Zamora, onde os Governos de Portugal e de Espanha acordaram estabelecer um "Erasmus Militar" que regulará o intercâmbio ibérico na formação de militares, comprometendo-se a colaborar no domínio de armamento e indústria de defesa. No entanto, nos cursos de engenharias e de saúde, a situação é um pouco diferente.

No Programa de Mobilidade de Estudantes poderemos relevar que poderão existir casos particulares: os alunos de Engenharia militar, Transmissões e Serviço de Material, que frequentam na AM durante quatro anos e que posteriormente ingressam numa universidade pública durante 2 anos. No caso dos cursos de medicina, dentária, farmácia e veterinária, os alunos frequentam as aulas na AM apenas durante um ano, passando a frequentar os cursos conducentes ao grau académico nas diversas universidades públicas. Em ambos os casos os alunos podem, durante a sua passagem por universidades públicas, participar no programa Erasmus. Seria este um possível intercâmbio de alunos com outras academias, como por exemplo a Academia Alemã, uma vez que os alunos de Engenharia desta frequentam a universidade de Munique, ainda que com algumas adaptações decorrentes do estatuto militar dos

⁶⁹Os modelos formativos das Academias Militares dificilmente serão comparáveis, pois a identidades e a raízes históricas revelam-se um factor determinante na formação dos oficiais das Academias Militares.



alunos, das ajudas monetárias⁷⁰ e condições de carácter social que necessariamente terão que ser readaptas.

Analisando agora modelos que, pesem embora algumas adaptações, nos parecem compatíveis com o Ensino Superior Militar:

- Realização de um período de Estágio Profissional;
- Programas Intensivos Erasmus;
- Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino;
- Cursos Intensivos de Línguas Erasmus.

A realização de um “período de Estágio Profissional” tem uma aplicação evidente no período destinado à elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada, nuns casos, e teses de mestrados noutros. A investigação, as fontes e os trabalhos de campo poderiam ser enriquecidas com casos estudo, experiências e realidades relevantes no país de acolhimento. Neste caso o factor da língua não seria uma dificuldade tão acentuada, uma vez que não seria necessário recorrer ao ensino presencial e curricular. Os períodos não são rígidos e poderão ser conjugados com os planos curriculares das diferentes academias.

Outra opção seria a realização de “Cursos Intensivos Erasmus”, com um carácter de modelo centralizado. Programas de estudos de curta duração (e.g. semirários, cursos), que poderiam ser de 2 e 6 semanas de trabalho, com um máximo de 60 alunos e 20 docentes, relacionados com a áreas temáticas de interesse para o Ensino Superior Militar, e que no mínimo integrassem três instituições de países diferentes. Claramente estes programas estão ao alcance de várias academias (por exemplo a portuguesa, espanhola e alemã). O Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) poderia ser o órgão centralizador, dos programas e conteúdos, sendo utilizadas as infra-estruturas das Academias Militares. A elaboração de uma aplicação informática que incluísse um planeamento anual, objectivos e respectivos cursos, conteúdos, divulgação e inscrição dos alunos seria um dos instrumentos fundamentais para que o início do modelo pudesse vir a ganhar uma consistência e aceitação de todas as Academias. Os cursos teriam de estar devidamente calendarizados e seus temas não poderiam estar exclusivamente relacionados com a PCSD e a segurança internacional, pois existem mais temas que deveriam ser partilhados e discutidos a nível europeu, como por exemplo o direito internacional e dos conflitos armados, operações de apoio à paz, lideranças, entre outros.

⁷⁰Não devem ser concedidas aos alunos das academias militares, uma vez que ao contrário dos alunos das universidades civis, estes usufruem de um salário.



Admitindo como exequíveis e desejáveis os períodos de Estágio Profissional e Cursos Intensivos, poderão ainda ser considerados “Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino” e os Cursos Intensivos de Línguas Erasmus.



Considerações finais

Após a exposição de todos os dados sobre a problemática em questão, vamos então proceder a análise do que foi referido, confirmando ou não as hipóteses inicialmente levantadas, de forma a conseguir tirar ilações que conduzirão às considerações finais e às propostas.

Quanto à primeira hipótese, “A identidade europeia é o suporte fundamental da cidadania europeia”. Esta hipótese está correcta, pois a cidadania europeia que surge com o Tratado de Maastricht não é mais do que identificar que é cidadão da UE qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. Assim sendo, a cidadania europeia é um instrumento de reforço de uma identidade europeia. No entanto, a Comissão Europeia não pretende retirar a identidade nacional aos Estados-membros. Pelo contrário, como afirma António Teixeira Fernandes, “do mesmo modo que promove a cidadania, alimenta o sentimento nacional”⁷¹. Isto está bem presente na carta dos direitos fundamentais da UE, que contempla entre os seus princípios fundamentais o respeito pela identidade nacional dos Estados membros e pela diversidade de diferentes culturas e tradições.

Relativamente à segunda hipótese, “Só com uma identidade europeia de segurança e defesa será possível constituir uma Europa mais forte, com respostas adequadas às denominadas novas ameaças”, podemos concluir que somente com uma identidade europeia de segurança e defesa possibilitará que a Europa alcance uma defesa comum. A PCSD “conduzirá a uma defesa comum logo que o Conselho Europeu, deliberando por unanimidade, assim o decida”.⁷² Perante o novo quadro de ameaças, seria desadequado admitir a defesa e a segurança centradas nos tradicionais conceitos da defesa territorial, tal como aconteceu durante a Guerra Fria. Surgem-nos conceitos como a defesa assente em fronteiras longínquas e por vezes difusas, ou seja, a defesa da Europa tem a sua génese no exterior do seu território. Para uma melhor segurança e defesa da Europa é necessário agir antes de ocorrer a crise, daí que seja necessária a existência de uma identidade europeia de segurança e defesa. Todos os Estados-membros devem cooperar entre si, pois assim a Europa estará mais segura. É disso exemplo o caso de cooperação entre Espanha, França e Portugal para a captura de bombistas terroristas com ligações à Euskadi Ta Askatasuna (ETA).

A 3ª hipótese, “O programa Erasmus é um programa de mobilidade de estudantes, para que estes beneficiem de uma plano educacional, linguístico e cultural

⁷¹ Fernandes, António Teixeira; cidadanias e identidades europeias, faculdade de Letras da Universidade do Porto, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1480.pdf> acedido em 8 de Maio de 2010.

⁷² Título V, Capítulo 2, Secção 2, art.º 42 do Tratado de Lisboa



noutro país europeu, no desenvolvimento do reforço de uma identidade europeia”. Esta hipótese verifica-se pois o programa Erasmus é um programa de grande sucesso lançado pela Comissão Europeia. Tem como principais objectivos⁷³:

- Contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e das possibilidades por ela conferidas;
- Reforçar a realização pessoal, a coesão social, a cidadania activa e a cidadania europeia;
- Promover a aprendizagem e a diversidade linguística;
- Explorar os resultados, os produtos e os processos inovadores.

Assim, admitimos como válido a hipótese que o Erasmus é um forte instrumento para o reforço de uma identidade europeia.

A hipótese 4, “O objectivo do Erasmus militar é reforçar uma identidade europeia de segurança e defesa utilizando como referência os instrumentos do programa Erasmus”, é igualmente verdadeira. No entanto, o objectivo do Erasmus militar não se pode encerrar no objectivo restrito do reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa. O desejável seria o Erasmus militar abranger todos os objectivos do programa Erasmus, e deste modo o reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa surgiria como uma das naturais consequências de todo o programa. Nesta fase poderemos assumir que Erasmus, seja civil ou militar, é sobretudo um programa sistémico.

Como quinta e última hipótese: “O Erasmus militar constitui um instrumento de reforço de uma identidade europeia de segurança e defesa”. A hipótese está correcta pois o programa Erasmus Militar reforçará não só a identidade europeia de segurança e defesa, como também irá reforçar a identidade europeia a outros níveis, nomeadamente social e cultural. Em resumo, a confirmação desta hipótese decorre da validação de todas as anteriores.

Respondidas que estão as questões derivadas, podemos afirmar que o intercâmbio de jovens oficiais irá certamente reforçar a identidade europeia de segurança e defesa. A existência de uma identidade europeia de segurança e defesa é um desígnio que a Europa terá necessariamente que desenvolver. À semelhança do intercâmbio de alunos do ensino superior ter reforçado a identidade europeia, o intercâmbio entre jovens Oficiais no princípio da sua formação reforçará não só a identidade europeia (à semelhança dos alunos do ensino superior) como reforçará a identidade europeia de segurança europeia criada pelo Tratado de Maastricht. No entanto existem alguns considerandos no programa destinados aos “alunos militares”.

⁷³ PROALV, disponível em <http://www.proalv.pt/np4/169.html> acedido em 7 de Fevereiro de 2010.



Proposta

Tendo por base a análise desenvolvida no último capítulo, afiguram-se como desejáveis e exequíveis os seguintes modelos de intercâmbio de alunos das diferentes Academias Militares dos países da União Europeia:

- Programa de Mobilidade de Estudantes;
- Realização de um período de Estágio Profissional;
- Programas Intensivos Erasmus;
- Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino;
- Cursos Intensivos de Línguas Erasmus.

No Programa de Mobilidade de Estudantes, o aluno frequentaria um conjunto de unidades curriculares, reconhecidas e com equivalência no país de origem. Este modelo revela no entanto algumas limitações estruturais, traduzidas na diversidade dos modelos formativos das academias europeias (que obsta à sua equiparação e reconhecimento), bem como na necessidade de domínio, por parte dos alunos, da língua do país de acolhimento ou, em alternativa, na necessidade das unidades curriculares serem ministradas em inglês. Nestes casos só acordos bilaterais, como o existente entre as academias da Suécia e da Alemanha, tornam o mesmo possível. No âmbito nacional, o intercâmbio com Espanha é já possível, ao abrigo do acordo estabelecido pelo Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa (CLESD). Para os alunos de Engenharia militar, Transmissões e Serviço de Material, que frequentam igualmente universidades públicas, o Programa de Mobilidade de Estudantes poderá efectivar-se durante este período, à semelhança do que acontece na Academia Alemã, onde os alunos de engenharia frequentam a universidade de Munique.

O “período de Estágio Profissional” poderá, por sua vez, ser realizado durante o período destinado à elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada ou tese de mestrado, tirando partido das experiências e realidades relevantes no país de acolhimento. Neste caso apresentam-se como factores facilitadores o facto de não ser necessário recorrer ao ensino presencial e curricular e a possibilidade de conjugação dos planos curriculares das diferentes academias.

A realização de “Cursos Intensivos Erasmus”, caracterizados por programas de estudos de curta duração que abordem áreas temáticas de interesse para o Ensino Superior Militar, e que no mínimo integrem três academias militares de países diferentes, constitui outro modelo possível. Para tal seria necessária a elaboração de uma aplicação informática que incluísse um planeamento anual, objectivos e respectivos cursos, conteúdos, divulgação e inscrição dos alunos, bem como a existência de um órgão centralizador, como o Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD).



São ainda de considerar como exequíveis e desejáveis os modelos de “Mobilidade de Pessoal - Missões de Ensino”, englobando o Estágio Profissional e Cursos Intensivos, bem como os Cursos Intensivos de Línguas Erasmus.

Em síntese e como conclusão final será desejável que a Academia Militar encontre um posicionamento que responda a duas realidades:

- Assumir a sua indiscutível condição de Estabelecimento de Ensino Superior Militar e assinar uma Carta Universitária Erasmus a fim de assegurar a possibilidade de, pela via do Ensino Superior geral, poder vir a beneficiar do programa Erasmus. É um percurso que deverá ser desenvolvido em estreita colaboração com as estruturas civis;
- A segunda, colaborar, participar e desenvolver todas as iniciativas que, de uma forma consistente e com interesse para Academia Militar, contribuam para as Linhas de Desenvolvimento de um futuro programa Erasmus Militar, nomeadamente a criação de plataformas electrónicas, desenvolvimento de conteúdos específicos e apoio ao desenvolvimento de mecanismos próprios de um programa.

No futuro, os dois Erasmus, civil e militar, poderão tendencialmente convergir num modelo único que, de todo, ficou provado não serem incompatíveis, antes pelo contrário. Existem no entanto duas dimensões que importa relevar:

- Sendo uma iniciativa no âmbito do ensino superior, não pode ser confundido com programas de treino operacional. O “Erasmus militar” poderá facilmente vir a ganhar o figurino de um modelo de intercâmbio entre Academias, como estabelecimentos não inseridos no sistema de ensino superior dos respectivos países. Neste cenário, o programa deveria ter uma designação não analógica com o programa Erasmus, sob pena do Ensino Superior Militar Português poder vir a ser afectado na sua actual vertente académica. É mais uma vez a especificidade e os modelos de consenso a imperarem;
- Deverão ser definidas as áreas de interesse dos programas Erasmus. No caso dos cursos das Ciências Militares (Exército e GNR) poderemos centrar a sua acção em áreas que possam contribuir para o desenvolvimento da Segurança e Defesa da Europa e das Ciências e Tecnologias Militares.

No caso dos cursos de Administração, Engenharias e Saúde poderá ser admitido o desenvolvimento de programas nas respectivas áreas de especialização congéneres civis.

A terminar, nunca poderemos ignorar que a reciprocidade e a voluntariedade são duas condições essenciais para o desenvolvimento de qualquer programa de cooperação, independente da sua natureza.



A concluir o nosso trabalho poderemos então assumir que o Erasmus Militar é um dos instrumentos que pode contribuir para o reforço de uma identidade europeia de Segurança e Defesa e só existe uma forma de o fazer: participar activamente, no respeito permanente de que a formação dos nossos cadetes são a razão presente do futuro que nos espera.



Referencias Bibliográficas

Livros

- DÉBORAH, Barros Leal Farias (2008). *Contextualizando a invasão à Baía dos Porcos*, Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 51, Núm. 1, pp. 105-122, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasil.
- ECO, Humberto (2003). (10ª Ed.) *Como se faz uma tese em Ciências Sociais*, Presença, Lisboa.
- MAIWORM, Friedhelm e TEICHLER, Ulrich (2004). *Study Abroad and Early Career: Experiences of Former Erasmus Students*.
- MARTINS, Guilherme de Oliveira (1999). *Uma Europa mediadora e aberta, Valores da Europa – Identidade e Legitimidade*, Cascais.
- MOREIRA, Adriano (1987). *A Europa em Formação*, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, Lisboa.
- MOREIRA, Adriano. (1994). *Identidade europeia e identidade portuguesa, Página a página*, Porto.
- MORIN, Edgar (1988). *Pensar a Europa*, Ed. Europa – América, Lisboa.
- NOGUEIRA, José Artur A. Duarte (2007). *Direito europeu e identidade europeia: passado e futuro*, Universidade Lusíada, Lisboa.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CÁTOLICA INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (2009). *O Papel do Programa ERASMUS no Processo de Integração Europeia*, Rio de Janeiro.
- SHORE, Chris (2000). *Building Europe The Cultural Politics of European Integration*, Routledge, London.
- TOMÉ, Luís e MONGE, Paula (2001). *A Identidade e a Política Europeia de Segurança e Defesa*, Observatório de Relações Exteriores da UAL, Lisboa.

Outros

- PINTO, Valença (2007). *Directiva para o Exército 2007-2009*, pág 23.
- PROALV, (2009). *O programa Erasmus*.
- COMISSÃO EUROPEIA (s/d) *O Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida*.
- COMISSÃO EUROPEIA (2009). *O seu Guia do Tratado de Lisboa*.
- CARRIÇO, Alexandre, (2008) Relatório do Seminário Erasmus militar.
- SILVA, Ferreira (2009) Proposta Programa Erasmus militar na Academia Militar.



- Colégio Europeu de Segurança e Defesa (2010) 2010 Work Plano at the Implementation Group of European Initiative for the Exchange of Young Officers.
- FRENCH MINISTRY OF DEFENCE; (2008); Press File: seminar on the Military Erasmus.

Tese

- CAMISÃO, Isabel Anunciação Ferraz Camisão (2003). *A União Europeia pós Nice na bifurcação: que caminhos (s)?* Braga, Dissertação (Mestrado), Universidade do Minho;
- LOURO, Lília (2007). *A Mobilidade de Estudantes no Espaço de Ensino Superior Europeu como Forma de Construção de uma identidade Europeia*, Lisboa, dissertação (Mestrado), Universidade de Lisboa.
- DUARTE, M. Pathé (2004). *Identidade Europeia: Unidade e Diversidade na Memória Colectiva*, Coimbra, dissertação (Mestrado), Universidade de Coimbra.

Documentos electrónicos

- «Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os tratados que instituem as comunidades europeias e alguns actos relativos a esses Tratados» - 2001 (disponível em http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/12001C/pdf/12001C_PT.pdf Acedido em 13 de Fevereiro de 2010).
- Agencia Lusa «Cimeira Ibérica: "Erasmus militar" vai regular intercâmbio na formação de militares entre Portugal e Espanha» - 2009 (disponível em <http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/6e2be896376b3b6b1c856f.html> Acedido em 23 de Fevereiro de 2010).
- Assembleia Europeia de Segurança e Defesa « Education and training for ESDP: the military Erasmus initiative» - 2009 (disponível em http://www.assembly-weu.org/en/documents/sessions_ordinaires/rpt/2009/2041.php Acedido em 6 de Abril de 2010).
- Bispo, António de Jesus «Política Europeia Comum de Segurança e Defesa – Enquadramento histórico» - 2009 (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=409/> Acedido em 23 de Março de 2010).



- Borges, Vieira «AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR MILITAR» - 2008 (disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=707 Acedido em 8 de Novembro de 2009).
- Borges, Cor. Vieira «PROCESSO DE BOLONHA: PENSAR HOJE UM FUTURO MELHOR» - 2004 (disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=49 Acedido em 8 de Novembro de 2009).
- Borges, Vieira «O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO EM FRANÇA: O EXEMPLO DE SAINT-CYR» - 2004 (disponível em <http://www.emilyo.eu/> Acedido em 12 de Abril de 2010)
- Borges, Vieira «Subsídios para a Reforma do Ensino Superior Militar em Portugal» - 2006 (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=132> Acedido em 9 de Novembro de 2009).
- Centro de Estudos e Políticas e Estratégias Nacionais, «Os programas de novas tecnologias aplicáveis á defesa estratégica na Europa ocidental, Japão e União Soviética» - de 2009 (disponível em <http://www.cepen.org/2009/10/os-programas-de-novas-tecnologias-aplicaveis-a-defesa-estrategica-na-europa-ocidental-japaoe-uniao-sovietica/> Acedido em 12 de Fevereiro de 2010).
- Centro de informação europeia Jacques Delors, «Síntese do Tratado de Nice» - 2001 (disponível em http://www.aprendereuropa.pt/document/NICE_summary_pt.pdf Acedido em 22 de Fevereiro de 2010).
- Comissão da União Europeia, «Towards a European security and defence culture: The European Initiative for the exchange of young officers, inspired by Erasmus, picks up speed» - 2010 (disponível em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/esdp/113308.pdf Acedido em 20 de Março de 2010).
- Comissão das comunidades europeias «Livro verde - Promover a Mobilidade dos Jovens para fins de Aprendizagem» - 2009 (disponível em http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/mobility/com329_pt.pdf Acedido em 17 de Fevereiro de 2010).
- Concelho da União Europeia «European initiative on exchanges of young officers inspired by SG/HR report on the state of affairs» - 2009 (disponível em



- <http://ddata.over-blog.com/xxxyyy/0/50/29/09/Docs-Textes/ErasmusMilitBilanRAP-UE090514.pdfv> Acedido em 8 de Março de 2010).
- Costa, Barbosa Dias «Política Europeia de Segurança e Defesa – Pós-Constituição Europeia» - 2005 (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=11> Acedido em 2 de Março de 2010).
- Costa, Dias da «Do Tratado de Roma ao Tratado de Roma – Análise da PESC» - 2005 (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=5> Acedido em 14 de Dezembro de 2009).
- COUTO, Abel Cabral - «A integração europeia e a defesa nacional», (disponível na Web em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055256L7wIW3co1Fw26UK6.pdf> Acedido em 12 de Fevereiro de 2010).
- Danjean, Arnaud «PROJECTO DE RELATÓRIO sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança e a Política Comum de Segurança e Defesa» de 2009 (disponível em http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/afet/pr/796/796661/796661pt.pdf Acedido em 12 de Fevereiro de 2010).
- Ejército de tierra «Academia General Militar» - 2004 (disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1480.pdf> Acedido em 23 de Abril de 2010).
- Eurocid «Política Europeia de Segurança e Defesa» - 2009 (disponível em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=5314&p_est_id=11373 Acedido em 4 de Março de 2010).
- European Naval Academies «Accreditation» - 2010 (disponível em <http://www.eunaweb.eu/article14.html> Acedido em 4 de Abril de 2010).
- Exange of Military Young Officers «Welcome to the Exchange of Young Officers Website» - 2010 (disponível em <http://www.emilyo.eu/> Acedido em 4 de Abril de 2010).
- Exército Britânico «RMA Sandhurst» - 2010 (disponível em http://www.army.mod.uk/training_education/training/17057.aspx/ Acedido em 22 de Abril de 2010).
- Fernandes António «Cidadania e Identidade Europeia» - 2001 (disponível em



- <http://www.ejercito.mde.es/Unidades/es/unidades/Zaragoza/agm/Formacion/index.html> Acedido em 8 de Fevereiro de 2010.
- Fernandes, João Francisco «Sessão de Abertura - Apresentação sobre Bolonha» (disponível em http://www.si.ips.pt/ests_si/web_gessi_docs.download_file?p_name=F1058312185/Sessao_de_Abertura_Apresentacao_sobre_Bolonha.pdf Acedido em 9 de Novembro de 2009).
- Gaspar, Carlos «Congresso Portugal e o Futuro da Europa» (disponível em <http://www.ieei.pt/post.php?post=309> Acedido em 16 de Fevereiro de 2010).
- Gomes, Francisco Manuel - «Segurança e Defesa: Um Único Domínio?» - 2007 (disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=439 Acedido em 12 de Fevereiro de 2010).
- Hermenegildo, Ten. Saraiva «Valores Comuns Europeus: O verdadeiro interesse comum da política externa da UE?» (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=176> Acedido em 14 de Novembro de 2009).
- Instituto Superior de Agronomia, «Estudar no Estrangeiro». (disponível em <http://www.isa.utl.pt/home/book/export/html/644> Acedido em 10 de Fevereiro de 2010)
- Lima, Bernardo Pires de. «As relações entre a NATO e a União Europeia pós-11 de Setembro» - 2009 (disponível em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S1645-91992009000100006&script=sci_arttext Acedido em 13 de Fevereiro de 2010).
- Matos, Simões de «A Afirmação da Europa no Panorama Internacional» - 2008 (disponível em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=290> Acedido em 14 de Dezembro de 2009).
- Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior «BOLOGNA WITH STUDENT EYES – 2007 (disponível em http://www.mctes.pt/archive/doc/ESIB_Bologna_With_Student_Eyes_full.pdf Acedido em 13 de Março de 2010).
- Ministério da cultura e pesquisa da Noruega «From Berlin to Bergen and beyond» - 2005 (disponível em <http://www.bologna-bergen2005.no/> Acedido em 3 de Abril de 2010).



- Ministério da Defesa Nacional «Ministro da Defesa na abertura do 1º Seminário de Política Europeia de Segurança e Defesa para Alunos das Academias Militares Europeias» - 2009 (disponível em http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Imprensa/notas/com_imp_05092009.htm Acedido em 14 de Dezembro de 2009).
- Ministério da Educação e formação Holandês «Comunicado da Conferência de Praga 2001» - 2010 disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/2001_Prague_Communique_Portuguese.pdf Acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e formação Holandês «Comunicado da conferência de Budapeste-Viena em 2010» - 2010 (disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/documents/Budapest-Vienna_Declaration.pdf Acedido em 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e formação Holandês «Comunicado da Conferência de Lovaina Abril 2009» - 2010 disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/Lieven_Louvain-la-Neuve_Communique_April_2009.pdf Acedido em 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e formação Holandês «Comunicado da Conferência de Londres 2007» - 2010 disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/uploads/documents/LC18May07.pdf> Acedido em 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e formação Holandês «Comunicado da Conferência de Berlim 2003» - 2010 disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/2003_Berlin_communique_Portuguese.pdf Acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e formação Holandês disponível «Declaração de Bolonha». 2010 (disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf Acedido em 3 de Fevereiro de 2010.
- Ministério da Educação e pesquisa da Noruega «Comunicado da Conferência de Bergen 2005» - 2005 (disponível em http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/050520_Bergen_Communique.pdf Acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.
- Moreira, Adriano «A função da Europa no globalismo» - 2009 (disponível em



- [http://s1.acad-ciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Adriano%20Moreira/amoreira_10_12_2009\(1\).pdf](http://s1.acad-ciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Adriano%20Moreira/amoreira_10_12_2009(1).pdf) Acedido em 14 de Dezembro de 2009).
- Página oficial do processo de «Welcome to the website of the European Higher Education Area – 2010 (disponível em http://www.mctes.pt/archive/doc/ESIB_Bologna_With_Student_Eyes_full.pdf Acedido em 1 de Março de 2010).
 - Parlamento Europeu «Política externa: objectivos, mecanismos e realizações» - 2000 (disponível em http://www.europarl.europa.eu/factsheets/6_1_1_pt.htm Acedido em 17 de Fevereiro de 2010).
 - Programa Aprendizagem ao Longo da Vida «Programa Sectorial ERASMUS - Normas para a Gestão das Subvenções ERASMUS 2009/2010» -2009 (disponível em http://www.gri.uac.pt/pdf/anexo_vi_normas.pdf Acedido em 1 de Abril de 2010).
 - Silva, Ferreira da «O Reforço das Capacidades Europeias Análise da Situação Actual» - 2009 (disponível em http://www.revista-artilharia.net/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=54 Acedido em 13 de Fevereiro de 2010).
 - Site da Presidência da República Checa na União Europeia «International seminar on the military education programme modelled on ERASMUS» - 2009 (disponível em <http://www.eu2009.cz/en/news-and-documents/press-releases/international-seminar-on-the-military-education-programme-modelled-on-erasmus--17995/> Acedido em 3 de Abril de 2010).
 - Ravello, Eric em «A Identidade Europeia» -1989 (disponível em <http://terraepovo.blogia.com/2008/031001-a-identidade-europeia-por-enric-ravello.php> Acedido em 4 Dezembro de 2009.
 - Eduardo Lourenço «Da Identidade Europeia como Labirinto» - 2001 (disponível em www.ieei.pt/documentacao/documentos/EL_Identidade_Europeia_Labirinto.pdf, acedido a 5 de Dezembro de 2009).
 - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas «Tratado da Comunidade Europeia de Defesa» - 2008 (disponível em



http://www.iscsp.utl.pt/~cepp/historia_do_presente/projecto_europeu/1950_com_unidade_europeia_de_defesa.html , Acedido em 13 de Março de 2010).

Diapositivos

Fernandes, José Pedro Teixeira (2008). A Transformação da Política de Segurança e defesa – A Integração Europeia na Encruzilhada, Congresso Portugal, a União Europeia e o Tratado de Lisboa, Março, 19 diapositivos;

Endereços de Internet

<http://www.eunaweb.eu/article14.html>

Possui informações sobre algumas academias navais europeias

<http://www.emilyo.eu/>

Site oficial do intercâmbio de jovens oficiais

<http://www.ieei.pt/>

Possui vários artigos sobre variados temas do âmbito da Estratégia Internacional.

www.ciari.org/

Possui vários artigos sobre variados temas do âmbito em Relações Internacionais.

www.proalv.pt

Fornece um conjunto de informações sobre todos os programas do programa de aprendizagem ao longo da vida.

<http://europa.eu/>

Reúne o conjunto das informações sobre a política e as instituições da União Europeia.

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt>

Fornece informações sobre programas e os vários organismos e serviços ligados à Direcção Geral do Ensino Superior.

<http://www.mctes.pt/>

Fornece informações sobre o seu organigrama, os seus responsáveis, programas e os vários organismos e serviços ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

<http://www.assembly-weu.org>

Fornece informações sobre a defesa e segurança da Europa.

<http://www.revistamilitar.pt>

Possui vários artigos sobre variados temas do âmbito militar.

<http://www.europarl.europa.eu/>

Reúne um conjunto de informações sobre o parlamento europeu.



Anexo A - Declaração de Bolonha⁷⁴

Declaração conjunta dos ministros da educação europeus, assinada em Bolonha (19.Junho.1999)

O processo Europeu, graças aos progressos extraordinários dos últimos anos, tornou-se numa realidade cada vez mais concreta e relevante para a União Europeia e os seus cidadãos. As perspectivas de alargamento e o estabelecimento de relações cada vez mais profundas com outros países europeus, conferem uma ainda maior dimensão a essa realidade. Entretanto, assiste-se a uma consciencialização crescente em grandes áreas do mundo político e académico assim como na opinião pública da necessidade de criar uma Europa mais completa e alargada, nomeadamente considerando e dando solidez à sua dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica.

A Europa do Conhecimento é agora por todos reconhecido como um factor imprescindível ao crescimento social e humano, um elemento indispensável à consolidação e enriquecimento da cidadania Europeia, capaz de oferecer aos seus cidadãos as aptidões necessárias para enfrentar os desafios do novo milénio, a par com a consciência de partilha dos valores e de pertença a um espaço social e cultural comum.

A importância do ensino e da cooperação pedagógica no desenvolvimento e fortalecimento de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas é universalmente reconhecida como tal tendo em vista a situação que se verifica no Sudeste Europeu.

A declaração da Sorbonne de 25 de Maio de 1998, apoiada nestas considerações, realçou o papel fulcral das universidades no desenvolvimento das dimensões culturais na Europa. Deu grande importância à criação de uma área dedicada ao ensino superior como sendo o caminho crucial para promover a circulação dos cidadãos, as oportunidades de emprego e o desenvolvimento global do Continente.

Vários países europeus aceitaram o convite para se comprometerem a atingir os objectivos estabelecidos na declaração, assinando-a ou expressando o seu acordo de princípios. A direcção tomada por várias reformas do ensino superior lançadas entretanto na Europa, foi a prova da determinação dos governos em agir.

⁷⁴Ministério da Educação e formação Holandês disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/1999_Bologna_Declaration_Portuguese.pdf acedido em 3 de Fevereiro de 2010.



As instituições Europeias de Ensino Superior, por seu lado, aceitaram o desafio e assumiram um papel preponderante na criação do Espaço Europeu do Ensino Superior, também à luz dos princípios fundamentais estabelecidos na Magna Charta Universitatum de Bologna, do ano de 1998. Isto é da máxima importância, dado que a independência e a autonomia das Universidades asseguram que o ensino superior e os sistemas de estudo, se adaptem às necessidades de mudança, às exigências da sociedade e aos avanços do conhecimento científico.

O rumo foi traçado na direcção certa e com um objectivo significativo. A concretização de uma maior compatibilidade e comparabilidade entre os sistemas de ensino superior requer, contudo, um estímulo contínuo para que possa ser inteiramente consumada. É preciso dar apoio através da promoção de medidas concretas para que se avance em passos reais. A reunião de 18 de Junho contou com a participação de peritos e estudiosos avalizados vindos de todos os países europeus e deu-nos sugestões muito úteis sobre as iniciativas a tomar.

Teremos que fixar-nos no objectivo de aumentar a competitividade no Sistema Europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização podem ser medidas através da atracção que a sua cultura tem por outros países. Teremos que garantir que o Sistema Europeu do Ensino Superior adquira um tal grau de atracção que seja semelhante às nossas extraordinárias tradições culturais e científicas. Ao manifestar o nosso apoio aos princípios gerais estabelecidos na declaração da Sorbonne, comprometemo-nos em coordenar as nossas políticas, com o intuito de, a curto prazo (o mais tardar até ao fim da primeira década do terceiro milénio), atingir os seguintes objectivos, que consideramos serem de primordial relevância para que seja criado o Espaço Europeu do Ensino Superior:

1. Adopção de um sistema com graus académicos de fácil equivalência, também através da implementação, do Suplemento ao Diploma, para promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior.

2. Adopção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais, a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. O acesso à segunda fase deverá requerer a finalização com sucesso dos estudos da primeira, com a duração mínima de 3 anos. O grau atribuído após terminado a primeira fase deverá também ser considerado como sendo um nível de habilitações apropriado para ingressar no mercado de trabalho Europeu. A segunda fase deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor, como em muitos países Europeus.



3. Criação de um sistema de créditos - tal como no sistema ECTS - como uma forma adequada de incentivar a mobilidade de estudantes da forma mais livre possível. Os créditos poderão também ser obtidos em contextos de ensino não-superior, incluindo aprendizagem feita ao longo da vida, contando que sejam reconhecidos pelas Universidades participantes.

4. Incentivo à mobilidade por etapas no exercício útil que é a livre circulação, com particular atenção:

- Aos estudantes, o acesso a oportunidades de estudo e de estágio e o acesso aos serviços relacionados;

- Aos professores, investigadores e pessoal administrativo, o reconhecimento e valorização dos períodos dispendidos em acções Europeias de investigação, lectivas e de formação, sem prejudicar os seus direitos estatutários.

5. Incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodológicas comparáveis;

6. Promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; cooperação inter-institucional, projectos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação.

Com isto, comprometemo-nos a atingir estes objectivos no âmbito das nossas competências institucionais e respeitando inteiramente a diversidade das culturas, línguas, sistemas de ensino nacionais e a autonomia das Universidades - para consolidar o Espaço Europeu do Ensino Superior. Com esse fim, seguiremos os caminhos da cooperação inter-governamental, em conjunto com as organizações europeias não-governamentais que tenham autoridade no campo do ensino superior. Esperamos, de novo por parte das Universidades, uma resposta pronta e positiva e uma contribuição activa para o sucesso deste nosso empenho.

Convencidos de que a criação do Espaço Europeu do Ensino Superior necessita de constante apoio, supervisão e ajustamento às necessidades em permanente evolução, decidimos reunir-nos novamente dentro de dois anos para avaliar o progresso alcançado e decidir sobre os novos passos a serem dados.



Anexo B – Países que aderiram à declaração de Bolonha⁷⁵

Albânia	Alemanha	Andorra	Arménia	Azerbaijão	Áustria	Bélgica
Bósnia Herzegovina	Bulgária	Cazaquistão	Chipre	Croácia	Dinamarca	Eslováquia
Eslovénia	Espanha	Estónia	Finlândia	França	Geórgia	Grécia
Hungria	Islândia	Irlanda	Itália	Letónia	Lituânia	Liechtenstein
Luxemburgo	Macedónia	Malta	Moldávia	Montenegro	Noruega	Países baixos
Polónia	Portugal	Roménia	Rússia	Santa Sé	Servia	Suécia
Suíça	Turquia	Reino Unido	República Checa	Ucrânia		

Tabela 1 - Países que aderiram ao Tratado de Bolonha

⁷⁵Ministério da Educação e formação Holandês disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/pcao/> acedido 19 de Março de 2010.



Anexo C - Comunicado da Conferência de Praga 2001⁷⁶

A CAMINHO DA ÁREA EUROPEIA DE ENSINO SUPERIOR
Comunicado do encontro dos Ministros Europeus do Ensino Superior
Praga, 19 de Maio de 2001

Dois anos depois de assinarem a Declaração de Bolonha e três anos depois da Declaração de Sorbonne, os Ministros Europeus responsáveis pelo Ensino Superior, representando 32 signatários, reuniram-se em Praga com o objectivo de analisar os progressos alcançados e estabelecer as direcções e prioridades do processo para os próximos anos. Os Ministros reafirmaram o seu compromisso de estabelecer uma Área Europeia para o Ensino Superior até 2010. A escolha de Praga para a realização deste encontro simboliza a intenção de englobar toda a Europa no processo à luz do alargamento da União Europeia. Os Ministros receberam e analisaram o relatório "Furthering the Bologna Process" elaborado pelo grupo de acompanhamento (Follow-up Group) e verificaram que as metas traçadas pela Declaração de Bolonha foram largamente aceites e usadas como base para o desenvolvimento do Ensino Superior pela maioria dos países signatários bem como pelas Universidades e outras Instituições de Ensino Superior. Os Ministros reafirmaram que os esforços para a promoção da mobilidade deverão continuar a fim de possibilitar a estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo de beneficiarem da riqueza da Área Europeia do Ensino Superior, incluindo os seus valores democráticos, diversidade cultural e linguística e variedade de sistemas de Ensino Superior. Os Ministros tomaram conhecimento dos resultados da Convenção das Instituições de Ensino Superior Europeias, realizada em Salamanca a 29 e 30 de Março, e das recomendações da Convenção dos Estudantes Europeus, realizada em Göteborg, a 24 e 25 de Março, e apreciaram o envolvimento activo da Associação das Universidades Europeias (EUA) e da União Nacional de Estudantes na Europa (ESIB) no Processo de Bolonha assim como muitas outras iniciativas para promoção do processo e apreciaram ainda o apoio construtivo da Comissão Europeia.

Os Ministros constataram que as actividades recomendadas na Declaração relativas à estrutura dos graus académicos foram intensificadas e largamente implementadas na maioria dos países e apreciaram, especialmente, a forma como o trabalho relativo à garantia da qualidade se tem desenvolvido. Reconheceram a

⁷⁶Ministério da Educação e formação Holandês disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/2001_Prague_Communique_Portuguese.pdf acedido dia 3 de Fevereiro de 2010 acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.



necessidade de cooperação para lidar com os desafios trazidos pela educação transnacional e também a necessidade de uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida na educação.

Acções posteriores no seguimento dos seis objectivos do Processo de Bolonha

Tal como estabelece a Declaração de Bolonha, os Ministros sublinharam que, construir a Área Europeia de Ensino Superior é uma condição para aumentar a atractividade e competitividade das Instituições de Ensino Superior na Europa. Apoiaram a ideia de que o Ensino Superior deverá ser considerado um bem público, e que é e deverá permanecer uma responsabilidade pública (regulamentos, etc.), e que os estudantes são membros de pleno direito da comunidade do Ensino Superior. Deste ponto de vista, os Ministros entenderam a continuidade do processo da seguinte forma:

Adopção de um sistema de graus facilmente legíveis e comparáveis

Os Ministros encorajaram fortemente as Universidades e demais Instituições de Ensino Superior a tirar o máximo proveito da legislação nacional existente e dos instrumentos europeus criados para facilitar o reconhecimento académico e profissional de unidades curriculares, graus académicos e outros títulos, para que os cidadãos possam, efectivamente, usar as suas qualificações, competências e aptidões em toda a Área Europeia de Ensino Superior.

Os Ministros solicitaram às organizações e redes de trabalho já existentes, tais como o NARIC e o ENIC, a promoção a nível institucional, nacional e europeu, de um reconhecimento simples, eficiente e justo que reflecta a diversidade subjacente às qualificações.

Adopção de um sistema baseado essencialmente em dois ciclos principais

Os Ministros referiram, com satisfação, que foi discutido o objectivo de uma estrutura de graus académicos baseada em dois ciclos principais, articulando o Ensino Superior em períodos de estudo pré-graduado e graduado. Alguns países já adoptaram esta estrutura e vários outros estão a considerá-la com grande interesse. É importante realçar que, em muitos países, os graus de bacharelato e mestrado (master), ou graus de dois ciclos comparáveis, podem ser obtidos tanto nas Universidades como noutras Instituições de Ensino Superior. Os programas que conduzam a um grau académico podem e, realmente devem ter orientações diferentes e perfis diversificados, de forma a responder à diversidade das necessidades



individuais, académicas e laborais, tal como foi concluído no Seminário de Helsínquia relativo os graus de nível do bacharelato (Fevereiro de 2001).

Estabelecimento de um sistema de créditos

Os Ministros salientaram que, para maior flexibilidade nos processos de aprendizagem e de obtenção de qualificações, é necessária a adopção de marcos comuns de qualificações, apoiados num sistema de créditos, como os ECTS, ou outro compatível, permitindo de igual forma as funções de transferência e de acumulação.

Juntamente com o reconhecimento comum do sistema de garantia de qualidade, tais argumentos facilitarão o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho europeu e aumentarão a compatibilidade, atractividade e competitividade do Ensino Superior Europeu. O uso generalizado de tal sistema de créditos e do Suplemento de Diploma encorajará progressos nesta direcção.

Promoção da mobilidade

Os Ministros reafirmaram que o objectivo da promoção da mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, tal como foi estabelecido na Declaração de Bolonha, é de uma importância vital. Consequentemente, confirmaram o compromisso de continuar a remover todos os obstáculos à livre circulação de estudantes, docentes, investigadores e pessoal administrativo, salientando a dimensão social da mobilidade. Anotaram a possibilidade de mobilidade oferecida pelos programas da Comunidade Europeia e os progressos alcançados neste campo, como por exemplo o lançamento do Plano de Acção para a Mobilidade aprovado pelo Conselho Europeu em Nice, em 2000.

Promoção da Cooperação Europeia na Garantia da Qualidade

Os Ministros reconheceram o papel vital que os sistemas de garantia de qualidade desempenham, assegurando padrões de qualidade elevados e facilitando a comparabilidade de qualificações em toda a Europa. Encorajaram, igualmente, uma cooperação mais estreita entre as redes de reconhecimento e de garantia de qualidade e enfatizaram a necessidade de cooperação europeia aproximada e de confiança mútua na aceitação dos sistemas nacionais de garantia de qualidade. Para além disto, encorajaram ainda as Universidades e outras Instituições de Ensino Superior a divulgar exemplos de boas práticas e a criar cenários para a aceitação mútua de mecanismos de avaliação e de acreditação/certificação. Apelaram também às Universidades e demais Instituições de Ensino Superior, Agências Nacionais e à Rede Europeia de Garantia de Qualidade no Ensino Superior (ENQA), em cooperação



com os organismos correspondentes de países que não são membros da ENQA, a colaborarem no estabelecimento de um quadro comum de referência e na divulgação das boas práticas.

Promoção da Dimensão Europeia no Ensino Superior com vista a consolidar a importância da Dimensão Europeia do Ensino Superior e a sua utilização progressiva, os Ministros apelaram ao sector do Ensino Superior para implementarem o desenvolvimento de módulos, cursos e currículos a todos os níveis com conteúdos, orientação e organização "europeia". Isto diz respeito particularmente ao currículo de módulos, cursos e graus curriculares oferecidos em parceria com Instituições de países diferentes e conduzindo a um grau conjuntamente reconhecido.

Seguidamente os Ministros deram ênfase aos seguintes pontos:

A aprendizagem ao longo da vida é um elemento essencial da Área Europeia do Ensino Superior. Na Europa do futuro, construída sobre uma sociedade e economia baseada no conhecimento, as estratégias de aprendizagem ao longo da vida são necessárias para enfrentar os desafios de competitividade e o uso de novas tecnologias, bem como para melhorar a coesão social, a igualdade de oportunidades e a qualidade de vida.

Instituições de Ensino Superior e estudantes

Os Ministros insistiram que o envolvimento das Universidades e de outras Instituições de Ensino Superior e dos estudantes como parceiros competentes, activos e construtivos, no estabelecimento e configuração da Área Europeia de Ensino Superior é necessário e bem-vindo. As Instituições demonstraram a importância que dão à criação de uma Área Europeia de Ensino Superior compatível e eficiente, contudo, diversificada e adaptável. Os Ministros salientaram, igualmente, que a qualidade é a condição básica mais importante para a confiança, relevância, mobilidade, compatibilidade e atractividade da Área Europeia do Ensino Superior. Expressaram o seu apreço quanto às contribuições para o desenvolvimento de programas de estudo que combinam a qualidade académica com a relevância para uma empregabilidade duradoura e pediram um papel continuado e pró-activo às Instituições de Ensino Superior.

Os Ministros afirmaram que os estudantes deveriam participar e influenciar internamente a organização e os conteúdos do ensino nas Universidades e demais Instituições de Ensino Superior. Reafirmaram também a necessidade, recordada pelos estudantes, de tomar em consideração a dimensão social do processo de Bolonha.



Promoção da atractividade da Área Europeia de Ensino Superior

Os Ministros concordaram com a importância de aumentar a atractividade do Ensino Superior Europeu para os estudantes da Europa e de outras partes do mundo. A legibilidade e comparabilidade dos graus académicos de Ensino Superior Europeu, no resto do mundo, deverão ser aumentadas através do desenvolvimento de um quadro comum de qualificações, de mecanismos coerentes de garantia de qualidade e acreditação/certificação e por esforços de informação crescentes. Os Ministros insistiram, particularmente, que a qualidade do Ensino Superior e da investigação é, e deve permanecer, uma marca fundamental da atractividade e competitividade internacional da Europa. Os Ministros concordaram em prestar mais atenção aos benefícios de uma Área Europeia de Ensino Superior com Instituições e programas com perfis diferentes. Salientaram também a crescente colaboração entre os países europeus relativamente às possíveis implicações e perspectivas da educação transnacional.

Continuação do acompanhamento

Os Ministros comprometeram-se a continuar a cooperação baseada nos objectivos definidos na Declaração de Bolonha, estabelecendo similaridades e vantagens resultantes das diferenças entre sistemas culturais, linguísticos e nacionais, utilizando todas as possibilidades existentes de cooperação inter-governamental e de diálogo contínuo com as Universidades europeias e outras Instituições de Ensino Superior e com as organizações de estudantes, bem como os programas Comunitários.

Os Ministros deram as boas-vindas aos novos membros que se juntaram ao processo de Bolonha após as candidaturas dos Ministros representantes dos países para os quais estão abertos os programas comunitários Sócrates e Leonardo da Vinci ou Tempus. Foram aceites as candidaturas da Croácia, Chipre e Turquia.

Os Ministros decidiram que o novo encontro terá lugar na segunda metade de 2003, em Berlim, com a finalidade de avaliar o progresso e definir as direcções e as prioridades para as próximas etapas do processo relativo à Área Europeia de Ensino Superior. Confirmaram a necessidade de uma estrutura de trabalho, constituída por um grupo de acompanhamento e por um grupo preparatório. O grupo de acompanhamento deverá ser composto pelos representantes de todos os países signatários, novos participantes e a Comissão Europeia, e deverá ser presidido pelo Presidente da União Europeia em exercício na altura. O grupo preparatório deverá ser composto pelos representantes dos países anfitriões dos encontros ministeriais anteriores e seguinte, dois estados membros e dois estados não membros da União



Europeia (estes últimos quatro representantes serão eleitos pelo grupo de acompanhamento). A Presidência de União Europeia, em exercício na altura, bem como a Comissão Europeia farão igualmente parte do grupo preparatório que será presidido pelo representante do país anfitrião do próximo encontro ministerial. A Associação das Universidades Europeias, a Associação Europeia de Instituições do Ensino Superior (EURASHE), a União Nacional de Estudantes e o Conselho da Europa deverão ser consultados no trabalho de acompanhamento.

Tendo em vista o desenvolvimento do processo, os Ministros encorajaram o grupo de acompanhamento a organizar seminários para explorar as seguintes áreas: cooperação relativamente à acreditação e garantia de qualidade, matérias de reconhecimento e o uso de créditos no âmbito do processo de Bolonha, desenvolvimento de graus conjuntos, a dimensão social, com especial atenção aos obstáculos à mobilidade e ao alargamento do processo de Bolonha, a aprendizagem ao longo da vida e o envolvimento dos estudantes.



Anexo D - Comunicado da Conferência de Berlim 2003⁷⁷

Conferência de Ministros responsável pelo Ensino Superior Comunicado

Berlim

Setembro de 2003

Preâmbulo

A 19 de Junho de 1999, um ano após a Declaração da Sorbonne, os Ministros de 29 países europeus responsáveis pelo ensino superior assinaram a Declaração de Bolonha e concordaram na importância de objectivos comuns para o desenvolvimento coerente e coeso de uma Área Europeia de Ensino Superior (EHEA)⁷⁸ até 2010.

Na primeira Conferência de acompanhamento, realizada em Praga em Maio de 2001, aumentaram o número de objectivos e reafirmaram o seu compromisso em implementar a referida EHEA até 2010. A 19 de Setembro de 2003, os Ministros de 33 países europeus responsáveis pelo ensino superior reuniram-se em Berlim a fim de avaliar o progresso alcançado, definir prioridades e fixar para os próximos anos novos objectivos com a finalidade de acelerar a concretização da EHEA.

Assim, os Ministros acordaram nos seguintes princípios, considerações e prioridades: Considerando a importância da dimensão social do Processo de Bolonha, sublinha-se a necessidade de aumentar a competitividade, equilibrando-a com o objectivo de melhorar as características sociais da Área Europeia do Ensino Superior, visando o reforço da coesão social e a redução das desigualdades

sociais, a nível nacional e a nível europeu. Neste sentido, reitera-se o entendimento segundo o qual o ensino superior é um bem público e uma responsabilidade pública.

Considerando as conclusões do Conselho Europeu de Lisboa (2000) e de Barcelona (2002), cujo objectivo consiste em tornar a Europa “na economia mais competitiva e dinâmica do mundo, impulsionadora de um crescimento económico sustentável com mais e melhor emprego e maior coesão social”, alude-se à necessidade de desenvolvimento de futuras acções tendentes a uma cooperação mais estreita no contexto do Processo de Bolonha.

⁷⁷Ministério da Educação e formação Holandês disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/links/language/2003_Berlin_communique_Portuguese.pdf acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.

⁷⁸European Higher Education Area



Considerando a evolução do processo de Bolonha, entre Praga e Berlim, traçada no Relatório de Progresso apresentado pelo “Follow-up Group of the Bologna Process” (BFUG), do Relatório Trends III, preparado pela European University Association (EUA), dos resultados dos vários seminários de trabalho organizados por diversos Estados Membros e instituições de ensino superior e estudantes, bem como as mensagens da Comissão Europeia e do Conselho da Europa, devem ser estabelecidas medidas no sentido de estabelecer laços mais fortes entre os sistemas de ensino superior e de investigação, em cada um dos países.

A emergente Área Europeia do Ensino Superior, a par da Área Europeia de Investigação, consubstanciará o alicerce fundamental da Europa do Conhecimento.

Pretende-se não só preservar a riqueza cultural e a diversidade linguística da Europa, baseadas na herança diversificada de tradições, como aumentar o potencial de inovação e de desenvolvimento sócio-económico, através da crescente cooperação entre as instituições europeias do ensino superior.

O papel das instituições do ensino superior e das organizações de estudantes no desenvolvimento da Área Europeia do Ensino Superior é reconhecido como fundamental, chamando à colação a mensagem da EUA⁷⁹, resultante da Convenção de Graz das Instituições de Ensino Superior, das contribuições da EURASHE⁸⁰ e as comunicações da ESIB⁸¹ — Uniões Nacionais dos Estudantes Europeus. Aplauda-se, ainda, o interesse demonstrado por outras regiões do mundo relativamente ao desenvolvimento do ensino superior da Europa e, em particular, a presença de representantes de países europeus que não participam, ainda, no Processo de Bolonha, assim como os Comités da União Europeia/América Latina e Caraíbas (EULAC), Espaço Comum de Ensino Superior e convidados da Conferência.

Progresso

Reconhecem-se as várias iniciativas tomadas desde a Cimeira de Praga, no sentido de uma maior comparabilidade, compatibilidade, transparência e qualidade no ensino superior, quer a nível institucional quer a nível nacional e é apreciada a cooperação e os compromissos de todos os parceiros - Instituições de Ensino Superior, estudantes e outros.

Considerando a importância de todos os elementos envolvidos no Processo de Bolonha e na construção da Área Europeia do Ensino Superior, acentua-se a necessidade de intensificar esforços ao nível institucional, nacional e europeu.

⁷⁹ European University Association

⁸⁰ European Association of Institutions in Higher Education

⁸¹ The National Unions of Students in Europe



Considerando a necessidade de reforçar o Processo, os Ministros comprometem-se a estabelecer prioridades para os próximos dois anos e a empreender esforços na promoção dos sistemas efectivos de certificação de qualidade, no avanço da prática efectiva do sistema baseado em dois ciclos e na melhoria do sistema de reconhecimento de graus e de duração dos cursos.

Certificados de Qualidade

Considerando que a qualidade é essencial para o desenvolvimento da Área Europeia do Ensino Superior, os Ministros comprometem-se a apoiar medidas de certificação de qualidade a nível institucional, nacional e europeu, sendo imprescindível desenvolver critérios e metodologias comuns de certificação.

Considerando que, de acordo com o princípio da autonomia, cabe a cada instituição a responsabilidade da certificação e da promoção dos sistemas de acreditação de qualidade nacionais, foi acordado que, a partir de 2005, os sistemas nacionais de certificação deverão contemplar:

- Uma definição das responsabilidades de cada uma das instituições envolvidas;
- A avaliação dos programas ou das instituições, incluindo avaliação interna, avaliação externa, participação dos estudantes e publicação de resultados;
- Um sistema de acreditação, certificação ou procedimentos comparáveis;
- Participação internacional, cooperação e sistemas de redes.

Assim e, ao nível europeu, os Ministros solicitaram à ENQA⁸² que, com a colaboração da EUA, da EURASHE e da ESIB, desenvolva um conjunto de medidas e procedimentos relativos à certificação de qualidade, ensaie sistemas adequados à certificação de qualidade (agências ou instituições) e apresente os respectivos resultados através do BFUG, em 2005.

Os Ministros convidaram o BFUG a analisar se e como um ensino superior de menor duração pode vir a ser integrado no primeiro ciclo da estrutura de qualificação da Área Europeia de Ensino Superior.

Os Ministros reforçam o seu compromisso em construir um ensino superior de qualidade e acessível a todos.

Promoção da mobilidade

Considerando que a mobilidade de estudantes, académicos e staff administrativo é a base de consolidação da Área Europeia de Ensino Superior e que ela assume grande importância a nível académico, social, político e sócio-económico,

⁸² European Network for Quality Assurance in Higher Education



reconhece-se o aumento da mobilidade graças, nomeadamente, ao apoio de programas da União Europeia e acordada a tomada de medidas necessárias à melhoria da qualidade e ao desenvolvimento da cobertura de dados estatísticos relativos à mobilidade de estudantes.

Considerando a intenção de empreender todos os esforços com vista à supressão de obstáculos à mobilidade dentro da Área Europeia de Ensino Superior e ao fomento da mobilidade de estudantes, os Ministros acordaram na criação de mecanismos de apoio através de sistemas nacionais de empréstimos e de bolsas de estudo.

Considerando a importância do papel do European Credit Transfer System (ECTS) no incentivo à mobilidade de estudantes e ao desenvolvimento do curriculum internacional, bem como o crescimento adequado que tem vindo a consolidar-se de forma generalizada nos sistemas de créditos nacionais, os Ministros sugerem a tomada de medidas de modo a que o ECTS assuma não só o papel de transferência mas também o de acumulação de créditos, assim contribuindo para desenvolver a Área Europeia do Ensino Superior.

Reconhecimento de graus

Considerando a importância da ratificação da Lisbon Recognition Convention por todos os países participantes no Processo de Bolonha, os Ministros sugerem às redes ENIC⁸³ e NARIC⁸⁴ que desenvolvam e implementem os princípios definidos na mesma.

Definido o objectivo de que, a partir de 2005, todos os diplomados deverão receber o Suplemento ao Diploma automática e gratuitamente e emitido numa língua falada a nível europeu.

Considerando que o Suplemento ao Diploma introduz melhorias na transparência e na flexibilidade do sistema de graus do ensino superior, ao nível de empregabilidade e ao nível de prosseguimento de estudos, os Ministros sugerem às instituições de ensino superior e às entidades empregadoras que façam uso e que tirem partido dos benefícios que o SD contempla.

Instituições de Ensino Superior e Estudantes

Considerando o empenho das instituições de ensino superior e dos estudantes no Processo de Bolonha, que o sucesso deste último, que se pretende duradouro, depende da activa participação de todos, e que só a forte participação das instituições

⁸³ European Network of Information Centres

⁸⁴ National Academic Recognition Information Centres



pode contribuir para o desenvolvimento sócio-económico, entende-se dever reforçar a capacidade de decisão destas instituições de modo a que possam desenvolver e assegurar as reformas necessárias ao integral cumprimento do Processo de Bolonha.

Considerando a importância das organizações estudantis no Processo de Bolonha, foi sublinhada a necessidade de manter, com carácter contínuo, a participação dos estudantes em todas as fases do processo.

Considerando que os estudantes integram as estruturas de gestão do ensino superior e que, a nível nacional, têm sido levadas a cabo medidas no sentido de fomentar a participação dos estudantes, foi feito apelo à adopção de medidas tendentes à crescente participação dos estudantes na gestão do ensino superior e à melhoria das suas condições de trabalho e consequente êxito na finalização dos estudos e no seu futuro sócio-económico, sendo ainda reconhecida a necessidade de dados comparativos da situação social e económica dos estudantes.

Considera-se ainda premente assegurar condições de vida e de estudo adequadas, que permitam aos estudantes terminar os seus estudos em tempo e sem obstáculos, tendo em vista o seu futuro sócio-económico.

Promoção da dimensão europeia do ensino superior

Considerando a definição e desenvolvimento de orientações relativas a módulos, cursos e curricula dentro do modelo europeu, ocorridos desde a reunião de Praga;

Considerando as iniciativas realizadas em instituições de ensino superior de vários países europeus utilizando os recursos académicos e tradições culturais em prol do desenvolvimento de estudos integrados e de graus conjuntos de primeiro, segundo e terceiro nível;

Considerando a necessidade de garantir a frequência de programas de graus conjuntos, fora do país, como forma adequada de ultrapassar diversidades linguísticas, de aprender de línguas estrangeiras e de fortalecer a identidade europeia, a cidadania e a empregabilidade;

Os Ministros concordam ser necessário que cada Estado ultrapasse obstáculos ao estabelecimento e reconhecimento de graus e que se desenvolvam as medidas adequadas à certificação de qualidade de cursos integrados conducentes a graus conjuntos.

Promoção da atractividade da Área Europeia de Ensino Superior

Considerando que a abertura e a atractividade do ensino superior europeu têm de ser reforçadas, os Ministros afirmam a sua disponibilidade para a implementação de programas de bolsas de estudo destinadas a estudantes de países terceiros.



Considerando que os intercâmbios transnacionais ao nível do ensino superior têm de ser geridos com base na qualidade e nos valores académicos, foi acordado desenvolver espaços de debate e de reflexão sobre esta matéria.

Foi ainda sugerida a realização, em cooperação com países terceiros, de conferências e seminários de divulgação do Processo de Bolonha junto dos representantes desses países.

Aprendizagem ao Longo da Vida

Os Ministros sublinham o importante contributo do ensino superior na concretização da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Neste sentido, estão em curso reformas ao nível das legislações nacionais de forma a reforçar este objectivo, sendo solicitado às Instituições de Ensino Superior e a todos os envolvidos uma maior abertura no sentido de criar condições para tal aprendizagem, como uma componente necessária de ensino superior.

Faz-se, ainda, apelo a todos os envolvidos na estrutura de qualificações que contemplem uma margem de percursos de aprendizagem tão flexível quanto possível, bem como métodos apropriados ao sistema de créditos.

Cumprе igualmente, ampliar o nível de oportunidades para todos os cidadãos, de acordo com as suas aspirações e capacidades, a fim de lhes permitir seguir percursos de aprendizagem ao longo da vida para e no seio do ensino superior.

Acções Adicionais

A Área Europeia do Ensino Superior e Área Europeia de Investigação - dois pilares para a sociedade do conhecimento.

Considerando a necessidade de promover sinergias entre a EHEA e a ERA na Europa do Conhecimento e a importância da investigação como parte integrante do ensino superior europeu, os Ministros entendem ser pertinente alargar o actual sistema de dois ciclos incluindo um terceiro ciclo no Processo de Bolonha constituído pelo doutoramento.

Considerando a investigação, a formação em investigação e a promoção da interdisciplinaridade como elementos necessários à melhoria da qualidade do ensino superior e ao aumento generalizado da competitividade do ensino superior europeu, os Ministros sugerem um aumento de mobilidade ao nível do doutoramento e do post-doutoramento. Neste contexto, as instituições devem procurar aumentar a sua cooperação ao nível dos estudos de doutoramento e de formação de jovens investigadores.



Os Ministros envidarão os esforços necessários para tornar as instituições europeias de ensino superior cada vez mais atractivas. Solicitam que, por seu turno, aquelas incrementem o papel e a aplicabilidade da investigação em função do desenvolvimento tecnológico, social e cultural e das necessidades da sociedade.

Nota-se, contudo que os grandes objectivos e desafios que se colocam não podem ser levados a bom termo pelas instituições de ensino superior europeias por si só, antes requerendo um forte apoio e a tomada de decisões adequadas por parte dos governos e das entidades europeias.

Finalmente os Ministros declaram que as redes ao nível do doutoramento devem apoiar e estimular o desenvolvimento de excelência e tornar-se num dos maiores desafios da Área Europeia de Ensino Superior.

Balanço

Considerando os objectivos definidos para 2010, é desejável a tomada de medidas para alcançar o definido no Processo de Bolonha.

Considerando que, a curto prazo, terá que se proceder ao balanço das acções já realizadas no âmbito de Bolonha e das medidas que deverão ainda ser tomadas, os Ministros encarregaram o BFUG de, até à cimeira de 2005, proceder ao balanço do processo e de preparar relatórios detalhados sobre o progresso da implementação das prioridades previstas para os próximos dois anos, nos seguintes domínios:

- Certificação de qualidade;
- Sistema de dois ciclos;
- Reconhecimento de graus e duração de cursos.

Os países participantes, para além disto, deverão estar preparados para facilitar o acesso à informação e aos dados relativos aos objectivos do Processo de Bolonha.

Acompanhamento

Novos membros

Os Ministros decidiram aceitar os pedidos apresentados pela Albânia, Servia, Montenegro, Bósnia e Hercegovina e da República Jugoslava da Macedónia dando as boas vindas a estes estados como membros do Processo de Bolonha, processo que agora conta com 37 países europeus.

Os Ministros consideram ser necessário adaptar a cláusula do Comunicado relativa a inscrições de novos membros, que passa a ter a seguinte redacção:



Os países parte na Convenção Cultural Europeia podem ser eleitos membros da Área Europeia de Ensino Superior desde que declarem a intenção de adoptar e implementar os objectivos do Processo de Bolonha nos seus próprios sistemas



Anexo E – Comunicado da Conferencia de Bergen 2005⁸⁵

The European Higher Education Area -
Achieving the Goals

Communiqué of the Conference of
European Ministers Responsible for Higher Education,
Bergen, 19-20 May 2005

We, Ministers responsible for higher education in the participating countries of the Bologna Process, have met for a mid-term review and for setting goals and priorities towards 2010. At this conference, we have welcomed Armenia, Azerbaijan, Georgia, Moldova and Ukraine as new participating countries in the Bologna Process. We all share the common understanding of the principles, objectives and commitments of the Process as expressed in the Bologna Declaration and in the subsequent communiqués from the Ministerial Conferences in Prague and Berlin. We confirm our commitment to coordinating our policies through the Bologna Process to establish the European Higher Education Area (EHEA) by 2010, and we commit ourselves to assisting the new participating countries to implement the goals of the Process.

I. Partnership

We underline the central role of higher education institutions, their staff and students as partners in the Bologna Process. Their role in the implementation of the Process becomes all the more important now that the necessary legislative reforms are largely in place, and we encourage them to continue and intensify their efforts to establish the EHEA. We welcome the clear commitment of higher education institutions across Europe to the Process, and we recognise that time is needed to optimise the impact of structural change on curricula and thus to ensure the introduction of the innovative teaching and learning processes that Europe needs.

We welcome the support of organisations representing business and the social partners and look forward to intensified cooperation in reaching the goals of the Bologna Process. We further welcome the contributions of the international institutions and organisations that are partners to the Process.

⁸⁵ Ministério da Educação e pesquisa da Noruega disponível em http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/050520_Bergen_Communique.pdf acedido dia 3 de Fevereiro de 2010.



II. Taking stock

We take note of the significant progress made towards our goals, as set out in the General Report 2003-2005 from the Follow-up Group, in EUA's Trends IV report, and in ESIB's report Bologna with Student Eyes.

At our meeting in Berlin, we asked the Follow-up Group for a mid-term stocktaking, focusing on three priorities – the degree system, quality assurance and the recognition of degrees and periods of study. From the stocktaking report we note that substantial progress has been made in these three priority areas. It will be important to ensure that progress is consistent across all participating countries. We therefore see a need for greater sharing of expertise to build capacity at both institutional and governmental level.

The degree system

We note with satisfaction that the two-cycle degree system is being implemented on a large scale, with more than half of the students being enrolled in it in most countries. However, there are still some obstacles to access between cycles. Furthermore, there is a need for greater dialogue, involving Governments, institutions and social partners, to increase the employability of graduates with bachelor qualifications, including in appropriate posts within the public service.

We adopt the overarching framework for qualifications in the EHEA, comprising three cycles (including, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications), generic descriptors for each cycle based on learning outcomes and competences, and credit ranges in the first and second cycles. We commit ourselves to elaborating national frameworks for qualifications compatible with the overarching framework for qualifications in the EHEA by 2010, and to having started work on this by 2007. We ask the Follow-up Group to report on the implementation and further development of the overarching framework.

We underline the importance of ensuring complementarity between the overarching framework for the EHEA and the proposed broader framework for qualifications for lifelong learning encompassing general education as well as vocational education and training as now being developed within the European Union as well as among participating countries. We ask the European Commission fully to consult all parties to the Bologna Process as work progresses.

Quality assurance

Almost all countries have made provision for a quality assurance system based on the criteria set out in the Berlin Communiqué and with a high degree of cooperation and networking. However, there is still progress to be made, in particular as regards student involvement and international cooperation. Furthermore, we urge higher



education institutions to continue their efforts to enhance the quality of their activities through the systematic introduction of internal mechanisms and their direct correlation to external quality assurance.

We adopt the standards and guidelines for quality assurance in the European Higher Education Area as proposed by ENQA. We commit ourselves to introducing the proposed model for peer review of quality assurance agencies on a national basis, while respecting the commonly accepted guidelines and criteria. We welcome the principle of a European register of quality assurance agencies based on national review. We ask that the practicalities of implementation be further developed by ENQA in cooperation with EUA, EURASHE and ESIB with a report back to us through the Follow-up Group. We underline the importance of cooperation between nationally recognised agencies with a view to enhancing the mutual recognition of accreditation or quality assurance decisions.

Recognition of degrees and study periods

We note that 36 of the 45 participating countries have now ratified the Lisbon Recognition Convention. We urge those that have not already done so to ratify the Convention without delay. We commit ourselves to ensuring the full implementation of its principles, and to incorporating them in national legislation as appropriate. We call on all participating countries to address recognition problems identified by the ENIC/NARIC networks. We will draw up national action plans to improve the quality of the process associated with the recognition of foreign qualifications. These plans will form part of each country's national report for the next Ministerial Conference. We express support for the subsidiary texts to the Lisbon Recognition Convention and call upon all national authorities and other stakeholders to recognise joint degrees awarded in two or more countries in the EHEA.

We see the development of national and European frameworks for qualifications as an opportunity to further embed lifelong learning in higher education. We will work with higher education institutions and others to improve recognition of prior learning including, where possible, non-formal and informal learning for access to, and as elements in, higher education programmes.

III. Further challenges and priorities

Higher education and research

We underline the importance of higher education in further enhancing research and the importance of research in underpinning higher education for the economic and cultural development of our societies and for social cohesion. We note that the efforts to introduce structural change and improve the quality of teaching should not detract



from the effort to strengthen research and innovation. We therefore emphasise the importance of research and research training in maintaining and improving the quality of and enhancing the competitiveness and attractiveness of the EHEA. With a view to achieving better results we recognise the need to improve the synergy between the higher education sector and other research sectors throughout our respective countries and between the EHEA and the European Research Area.

To achieve these objectives, doctoral level qualifications need to be fully aligned with the EHEA overarching framework for qualifications using the outcomes-based approach. The core component of doctoral training is the advancement of knowledge through original research. Considering the need for structured doctoral programmes and the need for transparent supervision and assessment, we note that the normal workload of the third cycle in most countries would correspond to 3-4 years full time. We urge universities to ensure that their doctoral programmes promote interdisciplinary training and the development of transferable skills, thus meeting the needs of the wider employment market. We need to achieve an overall increase in the numbers of doctoral candidates taking up research careers within the EHEA. We consider participants in third cycle programmes both as students and as early stage researchers. We charge the Bologna Follow-up Group with inviting the European University Association, together with other interested partners, to prepare a report under the responsibility of the Follow-up Group on the further development of the basic principles for doctoral programmes, to be presented to Ministers in 2007. Overregulation of doctoral programmes must be avoided.

The social dimension

The social dimension of the Bologna Process is a constituent part of the EHEA and a necessary condition for the attractiveness and competitiveness of the EHEA. We therefore renew our commitment to making quality higher education equally accessible to all, and stress the need for appropriate conditions for students so that they can complete their studies without obstacles related to their social and economic background. The social dimension includes measures taken by governments to help students, especially from socially disadvantaged groups, in financial and economic aspects and to provide them with guidance and counselling services with a view to widening access.

Mobility

We recognise that mobility of students and staff among all participating countries remains one of the key objectives of the Bologna Process. Aware of the many remaining challenges to be overcome, we reconfirm our commitment to facilitate the portability of grants and loans where appropriate through joint action, with a view to



making mobility within the EHEA a reality. We shall intensify our efforts to lift obstacles to mobility by facilitating the delivery of visa and work permits and by encouraging participation in mobility programmes. We urge institutions and students to make full use of mobility programmes, advocating full recognition of study periods abroad within such programmes.

The attractiveness of the EHEA and cooperation with other parts of the world

The European Higher Education Area must be open and should be attractive to other parts of the world. Our contribution to achieving education for all should be based on the principle of sustainable development and be in accordance with the ongoing international work on developing guidelines for quality provision of cross-border higher education. We reiterate that in international academic cooperation, academic values should prevail.

We see the European Higher Education Area as a partner of higher education systems in other regions of the world, stimulating balanced student and staff exchange and cooperation between higher education institutions. We underline the importance of intercultural understanding and respect. We look forward to enhancing the understanding of the Bologna Process in other continents by sharing our experiences of reform processes with neighbouring regions. We stress the need for dialogue on issues of mutual interest. We see the need to identify partner regions and intensify the exchange of ideas and experiences with those regions. We ask the Follow-up Group to elaborate and agree on a strategy for the external dimension.

IV. Taking stock on progress for 2007

We charge the Follow-up Group with continuing and widening the stocktaking process and reporting in time for the next Ministerial Conference. We expect stocktaking to be based on the appropriate methodology and to continue in the fields of the degree system, quality assurance and recognition of degrees and study periods, and by 2007 we will have largely completed the implementation of these three intermediate priorities.

In particular, we shall look for progress in:

- implementation of the standards and guidelines for quality assurance as proposed in the ENQA report;
- implementation of the national frameworks for qualifications;
- the awarding and recognition of joint degrees, including at the doctorate level;
- creating opportunities for flexible learning paths in higher education, including procedures for the recognition of prior learning.



We also charge the Follow-up Group with presenting comparable data on the mobility of staff and students as well as on the social and economic situation of students in participating countries as a basis for future stocktaking and reporting in time for the next Ministerial Conference. The future stocktaking will have to take into account the social dimension as defined above.

V. Preparing for 2010

Building on the achievements so far in the Bologna Process, we wish to establish a European Higher Education Area based on the principles of quality and transparency. We must cherish our rich heritage and cultural diversity in contributing to a knowledge-based society. We commit ourselves to upholding the principle of public responsibility for higher education in the context of complex modern societies. As higher education is situated at the crossroads of research, education and innovation, it is also the key to Europe's competitiveness. As we move closer to 2010, we undertake to ensure that higher education institutions enjoy the necessary autonomy to implement the agreed reforms, and we recognise the need for sustainable funding of institutions. The European Higher Education Area is structured around three cycles, where each level has

the function of preparing the student for the labour market, for further competence building and for active citizenship. The overarching framework for qualifications, the agreed set of European standards and guidelines for quality assurance and the recognition of degrees and periods of study are also key characteristics of the structure of the EHEA.

We endorse the follow-up structure set up in Berlin, with the inclusion of the Education International (EI) Pan-European Structure, the European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), and the Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe (UNICE) as new consultative members of the Follow-up Group.

As the Bologna Process leads to the establishment of the EHEA, we have to consider the appropriate arrangements needed to support the continuing development beyond 2010, and we ask the Follow-up Group to explore these issues.

We will hold the next Ministerial Conference in London in 2007.

45 countries participate in the Bologna Process and are members of the Follow-up Group: Albania, Andorra, Armenia, Austria, Azerbaijan, Belgium (Flemish Community and French Community), Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Croatia, Cyprus, the Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, the Holy See, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Liechtenstein, Lithuania, Luxembourg, Malta, Moldova, the Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Romania, the Russian Federation, Serbia and Montenegro, the Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden,



Anexo F - Comunicado da Conferência de Londres 2007⁸⁷

18 May 2007

London Communiqué

Towards the European Higher Education Area: responding to challenges in a globalised world

1. Introduction

1.1 We, the Ministers responsible for Higher Education in the countries participating in the Bologna Process, have met in London to review progress made since we convened in Bergen in 2005.

1.2 Based on our agreed criteria for country membership, we welcome the Republic of Montenegro as a member of the Bologna Process.

1.3 Developments over the last two years have brought us a significant step closer to the realisation of the European Higher Education Area (EHEA). Building on our rich and diverse European cultural heritage, we are developing an EHEA based on institutional autonomy, academic freedom, equal opportunities and democratic principles that will facilitate mobility, increase employability and strengthen Europe's attractiveness and competitiveness. As we look ahead, we recognise that, in a changing world, there will be a continuing need to adapt our higher education systems, to ensure that the EHEA remains competitive and can respond effectively to the challenges of globalisation. In the short term, we appreciate that implementing the Bologna reforms is a significant task, and appreciate the continuing support and commitment of all partners in the process. We welcome the contribution of the working groups and seminars in helping to drive forward progress. We agree to continue to work together in partnership, assisting one another in our efforts and promoting the exchange of good practice.

1.4 We reaffirm our commitment to increasing the compatibility and comparability of our higher education systems, whilst at the same time respecting their diversity. We recognise the important influence higher education institutions (HEIs) exert on

Switzerland, "the former Yugoslav Republic of Macedonia", Turkey, Ukraine and the United Kingdom. In addition, the European Commission is a voting member of the Follow-up Group. The Council of Europe, the National Unions of Students in Europe (ESIB), the Education International (EI) Pan-European Structure, the European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), the European University Association (EUA), the European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE), the European Centre for Higher Education (UNESCO-CEPES) and the Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe (UNICE) are consultative members of the Follow-up Group.

⁸⁷Ministério da Educação e formação Holandês disponível em <http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/uploads/documents/LC18May07.pdf> acedido em 3 de fevereiro de 2010.



developing our societies, based on their traditions as centres of learning, research, creativity and knowledge transfer as well as their key role in defining and transmitting the values on which our societies are built. Our aim is to ensure that our HEIs have the necessary resources to continue to fulfil their full range of purposes. Those purposes include: preparing students for life as active citizens in a democratic society; preparing students for their future careers and enabling their personal development; creating and maintaining a broad, advanced knowledge base; and stimulating research and innovation.

1.5 We therefore underline the importance of strong institutions, which are diverse, adequately funded, autonomous and accountable. The principles of non-discrimination and equitable access should be respected and promoted throughout the EHEA. We commit to upholding these principles and to ensuring that neither students nor staff suffer discrimination of any kind.

2. Progress towards the EHEA

2.1 Our stocktaking report, along with EUA's Trends V report, ESIB's Bologna With Student Eyes and Eurydice's Focus on the Structure of Higher Education in Europe, confirms that there has been good overall progress in the last two years. There is an increasing awareness that a significant outcome of the process will be a move towards student-centred higher education and away from teacher driven provision. We will continue to support this important development.

Mobility

2.2 Mobility of staff, students and graduates is one of the core elements of the Bologna Process, creating opportunities for personal growth, developing international cooperation between individuals and institutions, enhancing the quality of higher education and research, and giving substance to the European dimension.

2.3 Some progress has been made since 1999, but many challenges remain. Among the obstacles to mobility, issues relating to immigration, recognition, insufficient financial incentives and inflexible pension arrangements feature prominently. We recognise the responsibility of individual Governments to facilitate the delivery of visas, residence and work permits, as appropriate. Where these measures are outside our competence as Ministers for Higher Education, we undertake to work within our respective Governments for decisive progress in this area. At national level, we will work to implement fully the agreed recognition tools and procedures and consider ways of further incentivising mobility for both staff and students. This includes encouraging a significant increase in the number of joint programmes and the creation of flexible curricula, as well as urging our institutions to take greater responsibility for staff and student mobility, more equitably balanced between countries across the EHEA.



Degree structure

2.4 Good progress is being made at national and institutional levels towards our goal of an EHEA based on a three-cycle degree system. The number of students enrolled on courses in the first two-cycles has increased significantly and there has been a reduction in structural barriers between cycles. Similarly, there has been an increase in the number of structured doctoral programmes. We underline the importance of curricula reform leading to qualifications better suited both to the needs of the labour market and to further study. Efforts should concentrate in future on removing barriers to access and progression between cycles and on proper implementation of ECTS based on learning outcomes and student workload. We underline the importance of improving graduate employability, whilst noting that data gathering on this issue needs to be developed further.

Recognition

2.5 Fair recognition of higher education qualifications, periods of study and prior learning, including the recognition of non-formal and informal learning, are essential components of the EHEA, both internally and in a global context. Easily readable and comparable degrees and accessible information on educational systems and qualifications frameworks are prerequisites for citizens' mobility and ensuring the continuing attractiveness and competitiveness of the EHEA. While we are pleased that 38 members of the Bologna Process, including Montenegro, have now ratified the Council of Europe/UNESCO Convention on the recognition of qualifications concerning Higher Education in the European region (Lisbon Recognition Convention), we urge the remaining members to do so as a matter of priority.

2.6 There has been progress in the implementation of the Lisbon Recognition Convention (LRC), ECTS and diploma supplements, but the range of national and institutional approaches to recognition needs to be more coherent. To improve recognition practices, we therefore ask the Bologna Follow-up Group (BFUG) to arrange for the ENIC/NARIC networks to analyse our national action plans and spread good practice. Qualifications Frameworks

2.7 Qualifications frameworks are important instruments in achieving comparability and transparency within the EHEA and facilitating the movement of learners within, as well as between, higher education systems. They should also help HEIs to develop modules and study programmes based on learning outcomes and credits, and improve the recognition of qualifications as well as all forms of prior learning.

2.8 We note that some initial progress has been made towards the implementation of national qualifications frameworks, but that much more effort is



required. We commit ourselves to fully implementing such national qualifications frameworks, certified against the overarching Framework for Qualifications of the EHEA, by 2010. Recognising that this is a challenging task, we ask the Council of Europe to support the sharing of experience in the elaboration of national qualifications frameworks. We emphasise that qualification frameworks should be designed so as to encourage greater mobility of students and teachers and improve employability.

2.9 We are satisfied that national qualifications frameworks compatible with the overarching Framework for Qualifications of the EHEA will also be compatible with the proposal from the European Commission on a European Qualifications Framework for Lifelong Learning.

2.10 We see the overarching Framework for Qualifications of the EHEA, which we agreed in Bergen, as a central element of the promotion of European higher education in a global context.

Lifelong Learning

2.11 The stocktaking report shows that some elements of flexible learning exist in most countries, but a more systematic development of flexible learning paths to support lifelong learning is at an early stage. We therefore ask BFUG to increase the sharing of good practice and to work towards a common understanding of the role of higher education in lifelong learning. Only in a small number of EHEA countries could the recognition of prior learning for access and credits be said to be well developed. Working in cooperation with ENIC/NARIC, we invite BFUG to develop proposals for improving the recognition of prior learning.

Quality Assurance and a European Register of Quality Assurance Agencies

2.12 The Standards and Guidelines for Quality Assurance in the EHEA adopted in Bergen (ESG) have been a powerful driver of change in relation to quality assurance. All countries have started to implement them and some have made substantial progress. External quality assurance in particular is much better developed than before. The extent of student involvement at all levels has increased since 2005, although improvement is still necessary. Since the main responsibility for quality lies with HEIs, they should continue to develop their systems of quality

assurance. We acknowledge the progress made with regard to mutual recognition of accreditation and quality assurance decisions, and encourage continued international cooperation amongst quality assurance agencies.

2.13 The first European Quality Assurance Forum, jointly organised by EUA, ENQA, EURASHE and ESIB (the E4 Group) in 2006 provided an opportunity to discuss European developments in quality assurance. We encourage the four organisations to



continue to organise European Quality Assurance Fora on an annual basis, to facilitate the sharing of good practice and ensure that quality in the EHEA continues to improve.

2.14 We thank the E4 Group for responding to our request to further develop the practicalities of setting up a Register of European Higher Education Quality Assurance Agencies. The purpose of the register is to allow all stakeholders and the general public open access to objective information about trustworthy quality assurance agencies that are working in line with the ESG. It will therefore enhance confidence in higher education in the EHEA and beyond, and facilitate the mutual recognition of quality assurance and accreditation decisions. We welcome the establishment of a register by the E4 group, working in partnership, based on their proposed operational model. The register will be voluntary, self-financing, independent and transparent. Applications for inclusion on the register should be evaluated on the basis of substantial compliance with the ESG, evidenced through an independent review process endorsed by national authorities, where this endorsement is required by those authorities. We ask the E4 group to report progress to us regularly through BFUG, and to ensure that after two years of operation, the register is evaluated externally, taking account of the views of all stakeholders.

Doctoral candidates

2.15 Closer alignment of the EHEA with the European Research Area (ERA) remains an important objective. We recognise the value of developing and maintaining a wide variety of doctoral programmes linked to the overarching qualifications framework for the EHEA, whilst avoiding overregulation. At the same time, we appreciate that enhancing provision in the third cycle and improving the status, career prospects and funding for early stage researchers are essential preconditions for meeting Europe's objectives of strengthening research capacity and improving the quality and competitiveness of European higher education.

2.16 We therefore invite our HEIs to reinforce their efforts to embed doctoral programmes in institutional strategies and policies, and to develop appropriate career paths and opportunities for doctoral candidates and early stage researchers.

2.17 We invite EUA to continue to support the sharing of experience among HEIs on the range of innovative doctoral programmes that are emerging across Europe as well as on other crucial issues such as transparent access arrangements, supervision and assessment procedures, the development of transferable skills and ways of enhancing employability. We will look for appropriate opportunities to encourage greater exchange of information on funding and other issues between our Governments as well as with other research funding bodies.

Social dimension



2.18 Higher education should play a strong role in fostering social cohesion, reducing inequalities and raising the level of knowledge, skills and competences in society. Policy should therefore aim to maximise the potential of individuals in terms of their personal development and their contribution to a sustainable and democratic knowledge-based society. We share the societal aspiration that the student body entering, participating in and completing higher education at all levels should reflect the diversity of our populations. We reaffirm the importance of students being able to complete their studies without obstacles related to their social and economic background. We therefore continue our efforts to provide adequate student services, create more flexible learning pathways into and within higher education, and to widen participation at all levels on the basis of equal opportunity.

The European Higher Education Area in a global context

2.19 We are pleased that in many parts of the world, the Bologna reforms have created considerable interest and stimulated discussion between European and international partners on a range of issues. These include the recognition of qualifications, the benefits of cooperation based upon partnership, mutual trust and understanding, and the underlying values of the Bologna Process. Moreover, we acknowledge that efforts have been made in some countries in other parts of the world to bring their higher education systems more closely into line with the Bologna framework.

2.20 We adopt the strategy "The European Higher Education Area in a Global Setting" and will take forward work in the core policy areas: improving information on, and promoting the attractiveness and competitiveness of the EHEA; strengthening cooperation based on partnership; intensifying policy dialogue; and improving recognition. This work ought to be seen in relation to the OECD/UNESCO Guidelines for Quality Provision in Cross-border Higher Education.

3. Priorities for 2009

3.1 Over the next two years, we agree to concentrate on completing agreed Action Lines, including the ongoing priorities of the three-cycle degree system, quality assurance and recognition of degrees and study periods. We will focus in particular on the following areas for action.

Mobility

3.2 In our national reports for 2009, we will report on action taken at national level to promote the mobility of students and staff, including measures for future evaluation. We will focus on the main national challenges identified in paragraph



2.3 above. We also agree to set up a network of national experts to share information, and help to identify and overcome obstacles to the portability of grants and loans.

Social Dimension

3.3 Similarly, we will report on our national strategies and policies for the social dimension, including action plans and measures to evaluate their effectiveness. We will invite all stakeholders to participate in, and support this work, at the national level.

Data collection

3.4 We recognise the need to improve the availability of data on both mobility and the social dimension across all the countries participating in the Bologna Process. We therefore ask the European Commission (Eurostat), in conjunction with Eurostudent, to develop comparable and reliable indicators and data to measure progress towards the overall objective for the social dimension and student and staff mobility in all Bologna countries. Data in this field should cover participative equity in higher education as well as employability for graduates. This task should be carried out in conjunction with BFUG and a report should be submitted to our 2009 Ministerial conference.

Employability

3.5 Following up on the introduction of the three-cycle degree system, we ask BFUG to consider in more detail how to improve employability in relation to each of these cycles as well as in the context of lifelong learning. This will involve the responsibilities of all stakeholders. Governments and HEIs will need to communicate more with employers and other stakeholders on the rationale for their reforms. We will work, as appropriate, within our governments to ensure that employment and career structures within the public service are fully compatible with the new degree system. We urge institutions to further develop partnerships and cooperation with employers in the ongoing process of curriculum innovation based on learning outcomes.

The European Higher Education Area in a global context

3.6 We ask BFUG to report back to us on overall developments in this area at the European, national and institutional levels by 2009. All stakeholders have a role here within their spheres of responsibility. In reporting on the implementation of the strategy for the EHEA in a global context, BFUG should in particular give consideration to two priorities. First, to improve the information available about the EHEA, by developing the Bologna Secretariat website and building on EUA's Bologna Handbook; and second, to improve recognition. We call on HEIs, ENIC/NARIC centres and other competent recognition authorities within the EHEA to assess qualifications from other parts of the world with the same open mind with which they would expect European qualifications to be assessed elsewhere, and to base this recognition on the principles of the LRC.



Stocktaking

3.7 We ask BFUG to continue the stocktaking process, based on national reports, in time for our 2009 Ministerial conference. We expect further development of the qualitative analysis in stocktaking, particularly in relation to mobility, the Bologna Process in a global context and the social dimension. The fields covered by stocktaking should continue to include the degree system and employability of graduates, recognition of degrees and study periods and implementation of all aspects of quality assurance in line with the ESG. With a view to the development of more student-centred, outcome-based learning, the next exercise should also address in an integrated way national qualifications frameworks, learning outcomes and credits, lifelong learning, and the recognition of prior learning.

4. Looking forward to 2010 and beyond

4.1 As the EHEA continues to develop and respond to the challenges of globalisation, we anticipate that the need for collaboration will continue beyond 2010.

4.2 We are determined to seize 2010, which will mark the passage from the Bologna Process to the EHEA, as an opportunity to reaffirm our commitment to higher education as a key element in making our societies sustainable, at national as well as at European level. We will take 2010 as an opportunity to reformulate the vision that motivated us in setting the Bologna Process in motion in 1999 and to make the case for an EHEA underpinned by values and visions that go beyond issues of structures and tools. We undertake to make 2010 an opportunity to reset our higher education systems on a course that looks beyond the immediate issues and makes them fit to take up the challenges that will determine our future.

4.3 We ask BFUG as a whole to consider further how the EHEA might develop after 2010 and to report back to the next ministerial meeting in 2009. This should include proposals for appropriate support structures, bearing in mind that the current informal collaborative arrangements are working well and have brought about unprecedented change.

4.4 Building on previous stocktaking exercises, Trends, and Bologna With Student Eyes, we invite BFUG to consider for 2010 the preparation of a report including an independent assessment, in partnership with the consultative members, evaluating the overall progress of the Bologna Process across the EHEA since 1999. 4.5 We delegate the decision on the nature, content and place of any Ministerial meeting in 2010 to BFUG, to be taken within the first half of 2008.

4.6 Our next meeting will be hosted by the Benelux countries in Leuven/Louvain-la-Neuve on 28-29 April 2009.



Anexo G - Comunicado da Conferência de Lovaina Abril 2009⁸⁸

The Bologna Process 2020 -
The European Higher Education Area in the new decade

Communiqué of the Conference of
European Ministers Responsible for Higher Education,
Leuven and Louvain-la-Neuve, 28-29 April 2009

We, the Ministers responsible for higher education in the 46 countries of the Bologna Process convened in Leuven/Louvain-la-Neuve, Belgium, on April 28 and 29, 2009 to take stock of the achievements of the Bologna Process and to establish the priorities for the European Higher Education Area (EHEA) for the next decade.

Preamble

1. In the decade up to 2020 European higher education has a vital contribution to make in realising a Europe of knowledge that is highly creative and innovative. Faced with the challenge of an ageing population Europe can only succeed in this endeavour if it maximises the talents and capacities of all its citizens and fully engages in lifelong learning as well as in widening participation in higher education.

2. European higher education also faces the major challenge and the ensuing opportunities of globalisation and accelerated technological developments with new providers, new learners and new types of learning. Student-centred learning and mobility will help students develop the competences they need in a changing labour market and will empower them to become active and responsible citizens.

3. Our societies currently face the consequences of a global financial and economic crisis. In order to bring about sustainable economic recovery and development, a dynamic and flexible European higher education will strive for innovation on the basis of the integration between education and research at all levels. We recognise that higher education has a key role to play if we are to successfully meet the challenges we face and if we are to promote the cultural and social development of our societies. Therefore, we consider public investment in higher education of utmost priority.

⁸⁸ Ministério da Educação e formação Holandês disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/conference/documents/Leuven_Louvain-la-Neuve_Communique_April_2009.pdf acedido em 3 de Fevereiro de 2010.



4. We pledge our full commitment to the goals of the European Higher Education Area, which is an area where higher education is a public responsibility, and where all higher education institutions are responsive to the wider needs of society through the diversity of their missions. The aim is to ensure that higher education institutions have the necessary resources to continue to fulfil their full range of purposes such as preparing students for life as active citizens in a democratic society; preparing students for their future careers and enabling their personal development; creating and maintaining a broad, advanced knowledge base and stimulating research and innovation. The necessary ongoing reform of higher education systems and policies will continue to be firmly embedded in the European values of institutional autonomy, academic freedom and social equity and will require full participation of students and staff.

I. Achievements and consolidation

5. Over the past decade we have developed the European Higher Education Area ensuring that it remains firmly rooted in Europe's intellectual, scientific and cultural heritage and ambitions; characterised by permanent cooperation between governments, higher education institutions, students, staff, employers and other stakeholders. The contribution from European institutions and organisations to the reform process has also been a significant one.

6. The Bologna Process is leading to greater compatibility and comparability of the systems of higher education and is making it easier for learners to be mobile and for institutions to attract students and scholars from other continents. Higher education is being modernized with the adoption of a three-cycle structure including, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications linked to the first cycle and with the adoption of the European Standards and Guidelines for quality assurance. We have also seen the creation of a European register for quality assurance agencies and the establishment of national qualifications frameworks linked to the overarching European Higher Education Area framework, based on learning outcomes and workload. Moreover, the Bologna Process has promoted the Diploma Supplement and the European Credit Transfer and Accumulation System to further increase transparency and recognition.

7. The objectives set out by the Bologna Declaration and the policies developed in the subsequent years are still valid today. Since not all the objectives have been completely achieved, the full and proper implementation of these objectives at European, national and institutional level will require increased momentum and commitment beyond 2010.



II. Learning for the future: higher education priorities for the decade to come

8. Striving for excellence in all aspects of higher education, we address the challenges of the new era. This requires a constant focus on quality. Moreover, upholding the highly valued diversity of our education systems, public policies will fully recognise the value of various missions of higher education, ranging from teaching and research to community service and engagement in social cohesion and cultural development. All students and staff of higher education institutions should be equipped to respond to the changing demands of the fast evolving society.

• Social dimension: equitable access and completion

9. The student body within higher education should reflect the diversity of Europe's populations. We therefore emphasize the social characteristics of higher education and aim to provide equal opportunities to quality education. Access into higher education should be widened by fostering the potential of students from underrepresented groups and by providing adequate conditions for the completion of their studies. This involves improving the learning environment, removing all barriers to study, and creating the appropriate economic conditions for students to be able to benefit from the study opportunities at all levels. Each participating country will set measurable targets for widening overall participation and increasing participation of underrepresented groups in higher education, to be reached by the end of the next decade. Efforts to achieve equity in higher education should be complemented by actions in other parts of the educational system.

• Lifelong learning

10. Widening participation shall also be achieved through lifelong learning as an integral part of our education systems. Lifelong learning is subject to the principle of public responsibility. The accessibility, quality of provision and transparency of information shall be assured. Lifelong learning involves obtaining qualifications, extending knowledge and understanding, gaining new skills and competences or enriching personal growth. Lifelong learning implies that qualifications may be obtained through flexible learning paths, including part-time studies, as well as work-based routes.

11. The implementation of lifelong learning policies requires strong partnerships between public authorities, higher education institutions, students, employers and employees. The European Universities' Charter on Lifelong Learning developed by the

European University Association provides a useful input for defining such partnerships.



Successful policies for lifelong learning will include basic principles and procedures for recognition of prior learning on the basis of learning outcomes regardless of whether the knowledge, skills and competences were acquired through formal, non-formal, or informal learning paths. Lifelong learning will be supported by adequate organisational structures and funding. Lifelong learning encouraged by national policies should inform the practice of higher education institutions.

12. The development of national qualifications frameworks is an important step towards the implementation of lifelong learning. We aim at having them implemented and prepared for self-certification against the overarching Qualifications Framework for the European Higher Education Area by 2012. This will require continued coordination at the level of the EHEA and with the European Qualifications Framework for Lifelong Learning. Within national contexts, intermediate qualifications within the first cycle can be a means of widening access to higher education.

- **Employability**

13. With labour markets increasingly relying on higher skill levels and transversal competences, higher education should equip students with the advanced knowledge, skills and competences they need throughout their professional lives. Employability empowers the individual to fully seize the opportunities in changing labour markets. We aim at raising initial qualifications as well as maintaining and renewing a skilled workforce through close cooperation between governments, higher education institutions, social partners and students. This will allow institutions to be more responsive to employers needs and employers to better understand the educational perspective. Higher education institutions, together with governments, government agencies and employers, shall improve the provision, accessibility and quality of their careers and employment related guidance services to students and alumni. We encourage work placements embedded in study programmes as well as on-the-job learning.

- **Student-centred learning and the teaching mission of higher education**

14. We reassert the importance of the teaching mission of higher education institutions and the necessity for ongoing curricular reform geared toward the development of learning outcomes. Student-centred learning requires empowering individual learners, new approaches to teaching and learning, effective support and guidance structures and a curriculum focused more clearly on the learner in all three cycles. Curricular reform will thus be an ongoing process leading to high quality, flexible and more individually tailored education paths. Academics, in close cooperation with student and employer representatives, will continue to develop learning outcomes and international reference points for a growing number of subject areas. We ask the



higher education institutions to pay particular attention to improving the teaching quality of their study programmes at all levels. This should be a priority in the further implementation of the European Standards and Guidelines for quality assurance.

• **Education, research and innovation**

15. Higher education should be based at all levels on state of the art research and development thus fostering innovation and creativity in society. We recognise the potential of higher education programmes, including those based on applied science, to foster innovation. Consequently, the number of people with research competences should increase. Doctoral programmes should provide high quality disciplinary research and increasingly be complemented by inter-disciplinary and inter-sectoral programmes. Moreover, public authorities and institutions of higher education will make the career development of early stage researchers more attractive.

• **International openness**

16. We call upon European higher education institutions to further internationalise their activities and to engage in global collaboration for sustainable development. The attractiveness and openness of European higher education will be highlighted by joint European actions. Competition on a global scale will be complemented by enhanced policy dialogue and cooperation based on partnership with other regions of the world, in particular through the organisation of Bologna Policy Fora, involving a variety of stakeholders.

17. Transnational education should be governed by the European Standards and Guidelines for quality assurance as applicable within the European Higher Education Area and be in line with the UNESCO/OECD Guidelines for Quality Provision in Cross-Border Higher Education.

• **Mobility**

18. We believe that mobility of students, early stage researchers and staff enhances the quality of programmes and excellence in research; it strengthens the academic and cultural internationalization of European higher education. Mobility is important for personal development and employability, it fosters respect for diversity and a capacity to deal with other cultures. It encourages linguistic pluralism, thus underpinning the multilingual tradition of the European Higher Education Area and it increases cooperation and competition between higher education institutions. Therefore, mobility shall be the hallmark of the European Higher Education Area. We call upon each country to increase mobility, to ensure its high quality and to diversify its types and scope. In 2020, at least 20% of those graduating in the European Higher Education Area should have had a study or training period abroad.



19. Within each of the three cycles, opportunities for mobility shall be created in the structure of degree programmes. Joint degrees and programmes as well as mobility windows shall become more common practice. Moreover, mobility policies shall be based on a range of practical measures pertaining to the funding of mobility, recognition, available infrastructure, visa and work permit regulations. Flexible study paths and active information policies, full recognition of study achievements, study support and the full portability of grants and loans are necessary requirements. Mobility should also lead to a more balanced flow of incoming and outgoing students across the European Higher Education Area and we aim for an improved participation rate from diverse student groups.

20. Attractive working conditions and career paths as well as open international recruitment are necessary to attract highly qualified teachers and researchers to higher education institutions. Considering that teachers are key players, career structures should be adapted to facilitate mobility of teachers, early stage researchers and other staff; framework conditions will be established to ensure appropriate access to social security and to facilitate the portability of pensions and supplementary pension rights for mobile staff, making the best use of existing legal frameworks.

- **Data collection**

21. Improved and enhanced data collection will help monitor progress made in the attainment of the objectives set out in the social dimension, employability and mobility agendas, as well as in other policy areas, and will serve as a basis for both stocktaking and benchmarking.

- **Multidimensional transparency tools**

22. We note that there are several current initiatives designed to develop mechanisms for providing more detailed information about higher education institutions across the EHEA to make their diversity more transparent. We believe that any such mechanisms, including those helping higher education systems and institutions to identify and compare their respective strengths, should be developed in close consultation with the key stakeholders. These transparency tools need to relate closely to the principles of the Bologna Process, in particular quality assurance and recognition, which will remain our priority, and should be based on comparable data and adequate indicators to describe the diverse profiles of higher education institutions and their programmes.

- **Funding**

23. Higher education institutions have gained greater autonomy along with rapidly growing expectations to be responsive to societal needs and to be accountable. Within a framework of public responsibility we confirm that public funding remains the



main priority to guarantee equitable access and further sustainable development of autonomous higher education institutions. Greater attention should be paid to seeking new and diversified funding sources and methods.

III. The organisational structure and follow-up

24. The present organisational structure of the Bologna Process, characterised by the cooperation between governments, the academic community with its representative organisations, and other stakeholders, is endorsed as being fit for purpose. In the future, the Bologna Process will be co-chaired by the country holding the EU presidency and a non-EU country.

25. In order to interact with other policy areas, the BFUG will liaise with experts and policy makers from other fields, such as research, immigration, social security and employment.

26. We entrust the Bologna Follow-up Group to prepare a work plan up to 2012 to take forward the priorities identified in this Communiqué and the recommendations of the reports submitted to this Ministerial conference, allowing the future integration of the outcome of the independent assessment of the Bologna Process.

In particular the BFUG is asked:

- To define the indicators used for measuring and monitoring mobility and the social dimension in conjunction with the data collection;
- To consider how balanced mobility could be achieved within the EHEA;
- To monitor the development of the transparency mechanisms and to report back to the 2012 ministerial conference;
- To set up a network, making optimal use of existing structures, for better information on and promotion of the Bologna Process outside the EHEA;
- To follow-up on the recommendations of analysis of the national action plans on recognition.

27. Reporting on the progress of the implementation of the Bologna Process will be carried out in a coordinated way.

- Stocktaking will further refine its evidence-based methodology.
- Eurostat together with Eurostudent and in cooperation with Eurydice will be asked to contribute through relevant data collection.
- The work of reporting will be overseen by the Bologna Follow-up Group and will lead to an overall report integrating the aforementioned sources for the 2012 ministerial conference.

28. We ask the E4 group (ENQA-EUA-EURASHE-ESU) to continue its cooperation in further developing the European dimension of quality assurance and in



particular to ensure that the European Quality Assurance Register is evaluated externally, taking into account the views of the stakeholders.

29. We will meet again at the Bologna anniversary conference jointly hosted by Austria and Hungary in Budapest and Vienna on 11-12 March 2010. The next regular ministerial conference will be hosted by Romania in Bucharest on 27-28 April 2012.

The following ministerial conferences will be held in 2015, 2018 and 2020.



Anexo H - Comunicado da conferência de Budapeste-Viena em 2010⁸⁹

Budapest-Vienna Declaration on the European Higher Education Area

March 12, 2010

1. We, the Ministers responsible for higher education in the countries participating in the Bologna Process, met in Budapest and Vienna on March 11 and 12, 2010 to launch the European Higher Education Area (EHEA), as envisaged in the Bologna Declaration of 1999.

2. Based on our agreed criteria for country membership, we welcome Kazakhstan as new participating country of the European Higher Education Area.

3. The Bologna Declaration in 1999 set out a vision for 2010 of an internationally competitive and attractive European Higher Education Area where higher education institutions, supported by strongly committed staff, can fulfil their diverse missions in the knowledge society; and where students benefiting from mobility with smooth and fair recognition of their qualifications, can find the best suited educational pathways.

4. Since 1999, 47 parties to the European Cultural Convention, have signed up to this vision and have made significant progress towards achieving it. In a unique partnership between public authorities, higher education institutions, students and staff, together with employers, quality assurance agencies, international organisations and European institutions, we have engaged in a series of reforms to build a European Higher Education Area based on trust, cooperation and respect for the diversity of cultures, languages, and higher education systems.

5. The Bologna Process and the resulting European Higher Education Area, being unprecedented examples of regional, cross-border cooperation in higher education, have raised considerable interest in other parts of the world and made European higher education more visible on the global map. We welcome this interest and look forward to intensifying our policy dialogue and cooperation with partners across the world.

6. We have taken note of the independent assessment and the stakeholders' reports. We welcome their affirmation that institutions of higher education, staff and

⁸⁹ Ministério da Educação e formação Holandês disponível em http://www.ond.vlaanderen.be/hogeronderwijs/bologna/2010_conference/documents/Budapest-Vienna_Declaration.pdf acedido em 3 de Fevereiro de 2010.



students increasingly identify with the goals of the Bologna Process. While much has been achieved in implementing the Bologna reforms, the reports also illustrate that EHEA action lines such as degree and curriculum reform, quality assurance, recognition, mobility and the social dimension are implemented to varying degrees. Recent protests in some countries, partly directed against developments and measures not related to the Bologna Process, have reminded us that some of the Bologna aims and reforms have not been properly implemented and explained. We acknowledge and will listen to the critical voices raised among staff and students. We note that adjustments and further work, involving staff and students, are necessary at European, national, and especially institutional levels to achieve the European Higher Education Area as we envisage it.

7. We, the Ministers, are committed to the full and proper implementation of the agreed objectives and the agenda for the next decade set by the Leuven/Louvain-la-Neuve Communiqué. In close cooperation with higher education institutions, staff, students and other stakeholders, we will step up our efforts to accomplish the reforms already underway to enable students and staff to be mobile, to improve teaching and learning in higher education institutions, to enhance graduate employability, and to provide quality higher education for all. At national level, we also strive to improve communication on and understanding of the Bologna Process among all stakeholders and society as a whole.

8. We, the Ministers, recommit to academic freedom as well as autonomy and accountability of higher education institutions as principles of the European Higher Education Area and underline the role the higher education institutions play in fostering peaceful democratic societies and strengthening social cohesion.

9. We acknowledge the key role of the academic community - institutional leaders, teachers, researchers, administrative staff and students - in making the European Higher Education Area a reality, providing the learners with the opportunity to acquire knowledge, skills and competences furthering their careers and lives as democratic citizens as well as their personal development. We recognise that a more supportive environment for the staff to fulfil their tasks, is needed. We commit ourselves to working towards a more effective inclusion of higher education staff and students in the implementation and further development of the EHEA. We fully support staff and student participation in decision-making structures at European, national and institutional levels.

10. We call upon all actors involved to facilitate an inspiring working and learning environment and to foster student-centred learning as a way of empowering the learner in all forms of education, providing the best solution for sustainable and flexible



learning paths. This also requires the cooperation of teachers and researchers in international networks.

11. We, the Ministers, reaffirm that higher education is a public responsibility. We commit ourselves, notwithstanding these difficult economic times, to ensuring that higher education institutions have the necessary resources within a framework established and overseen by public authorities. We are convinced that higher education is a major driver for social and economic development and for innovation in an increasingly knowledge-driven world. We shall therefore increase our efforts on the social dimension in order to provide equal opportunities to quality education, paying particular attention to underrepresented groups.

12. We, the Ministers responsible for the European Higher Education Area, ask the Bologna Follow-up Group to propose measures to facilitate the proper and full implementation of the agreed Bologna principles and action lines across the European

Higher Education Area, especially at the national and institutional levels, among others by developing additional working methods, such as peer learning, study visits and other information sharing activities. By continuously developing, enhancing and strengthening the European Higher Education Area and taking further the synergies with the European Research Area, Europe will be able to successfully face the challenges of the next decade.

13. Our next Ministerial Meeting to take stock of progress and to drive the Leuven/Louvain-la-Neuve agenda forward, will be hosted by Romania in Bucharest on 26-27 April 2012.



Anexo I - Estudantes Erasmus – Outgoing e incoming – Portugal⁹⁰

Tabela 2 - Erasmus – Outgoing e incoming – Portugal

		estudantes outgoing	estudantes incoming
1987/88	ESTUDOS	25	s/d ⁹¹
1988/89	ESTUDOS	158	s/d
1989/90	ESTUDOS	276	s/d
1990/91	ESTUDOS	543	s/d
1991/92	ESTUDOS	760	s/d
1992/93	ESTUDOS	1025	s/d
1993/94	ESTUDOS	1333	s/d
1994/95	ESTUDOS	1903	s/d
1995/96	ESTUDOS	1609	s/d
1996/97	ESTUDOS	1674	s/d
1997/98	ESTUDOS	1834	s/d
1998/99	ESTUDOS	2179	s/d
1999/2000	ESTUDOS	2472	s/d
2000/01	ESTUDOS	2569	2560
2001/02	ESTUDOS	2825	2883
2002/03	ESTUDOS	3171	3280
2003/04	ESTUDOS	3641	3766
2004/05	ESTUDOS	3853	4166
2005/06	ESTUDOS	4312	4542
2006/07	ESTUDOS	4423	4787
2007/08	ESTUDOS	4473	5583
	ESTÁGIOS	282	
2008/09 (final provisório) (nº)	ESTUDOS	4846	5402
	ESTÁGIOS	532	102 ⁹²
2009/10 (ano académico ainda está a decorrer)	ESTUDOS	4571 (nº bolsas financiadas)	s/d
	ESTÁGIOS	658 (nº bolsas financiadas)	s/d
TOTAL		55947	

⁹⁰ Dados fornecidos pela PROALV

⁹¹ s/d = sem dados disponíveis

⁹² Inclui apenas os Estágios Erasmus realizados em instituições de ensino superior portuguesas (centros de investigação, departamentos de universidades, empresas relacionadas com universidades) e exclui todos os estágios realizados em todos os restantes tipos de organizações (ex. empresas privadas, empresas públicas, organismos internacionais, hospitais, câmaras municipais, hotéis, associações, etc.).